



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA
CURSO DE MESTRADO

**PESSOAS NÃO BINÁRIAS NA EDUCAÇÃO: problematizando inteligibilidade
dicotômica de pós-graduandes da UFRPE**

RIVALDO MENDES DA SILVA

CARUARU

2023

RIVALDO MENDES DA SILVA

**PESSOAS NÃO BINÁRIAS NA EDUCAÇÃO: problematizando inteligibilidade
dicotômica de pós-graduandos da UFRPE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação Contemporânea.

Área de concentração: Educação

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda.

CARUARU

2023

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Nasaré Oliveira - CRB/4 - 2309

S586p Silva, Rivaldo Mendes da.
Pessoas não binárias na educação: problematizando inteligibilidade dicotômica de pós-graduandos da UFRPE/ Rivaldo Mendes da Silva. – 2023.
85 f.; il.: 30 cm.

Orientador: Marcelo Henrique Gonçalves Miranda.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Programa de Pós- Graduação em Educação Contemporânea, 2023.
Inclui Referências.

1. Identidade de gênero. 2. Cisnormatividade. 3. Pós-graduação. 4. Reconhecimento. I. Miranda, Marcelo Henrique Gonçalves de (Orientador). II. Título.

CDD 370 (23. ed.)

UFPE (CAA 2023-069)

RIVALDO MENDES DA SILVA

**PESSOAS NÃO BINÁRIAS NA EDUCAÇÃO: problematizando inteligibilidade
dicotômica de pós-graduandos da UFRPE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação Contemporânea. Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 30/08/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dra. Allene Carvalho Lage (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dra. Fernanda Sardelich Nascimento (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Dedico este trabalho à minha família que sempre acreditaram que eu poderia alcançar tudo com educação e a todas pessoas dissidentes que são profissionais de educação, por não desistirem de serem facilitadores do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Quando iniciei a escrita destes agradecimentos, lembrei de toda minha trajetória no PPGEduc. Aqui permito-me escrever de uma forma leve e particular, tentando me expressar com palavras o que sinto ao concluir esse trabalho e ao lembrar de todas as pessoas importantes durante o meu processo formativo.

Meus primeiros agradecimentos são para as pessoas que me inspiram, enchem o coração de orgulho e emoção: meus pais Rinalda e Josivaldo, meus avós Antônia, Severino, e minha irmã Juliana. Deste apenas minha irmã conseguiu estar na faculdade cursando Licenciatura em Química, enquanto minha, pai, mãe, vovó e vovô não tiveram a oportunidade de estudar, mas, lutaram para que essa realidade fosse diferente para mim, minha irmã e tia Natália.

De forma especial, agradeço à minha avó que sempre apoiou meus estudos e incentivou a fazer as duas graduações: Pedagogia e Psicologia, as quatro especializações, entre elas a Psicopedagogia, o mestrado e todos os cursos e congressos que já participei.

Agradeço a Isaias da Silva por ter apresentado o PPGEduc, pelas contribuições em minha carreira, principalmente, por ter me ajudado a vencer meus medos de buscar, cada vez mais, melhorar minha atuação como professor: tenho muito orgulho de você!

Às pessoas amigas, principalmente, àquelas que estão comigo e com minha família em todos os momentos. Não citarei nomes porque são muitos e corro o risco de esquecer alguém. Todos/as/es têm um lugar especial no meu coração.

Aos professores e às professoras que contribuíram no meu processo de formação, desde a Educação Básica até o Mestrado. Destaque especial para Maria José, minha primeira professora e tia, como também a Fernanda Landeiro, a quem ainda não conheço pessoalmente, mas é uma professora que tem ajudado na minha eterna formação como psicólogo.

Aos meus amigos Max, Laisa, Uedja, Ralf, Mil, Renata, Paula, Duda, Jailson, Jairo, Ju Borges, Nádia, Edna, Hyago, Ribbyson, Andrea, Gisele, Isabela e Elvis pelas

conversas e provocações em busca da educação respaldada na ciência como o melhor caminho!

Ao meu amigo Lamartine por acreditar no meu potencial. Sempre disposto a ajudar no meu crescimento e pela escuta e partilha em todos os momentos!

Ao Isaac Oliveira pelo carinho e afeto comigo, sempre buscando a viver momentos incríveis.

Aos companheiros/as de trabalho, que fazem parte da minha história. Obrigado pela confiança em meu trabalho e pelos ensinamentos diários. Eu aprendo muito com vocês.

A minha mãe acadêmica, Ma. Fabiane Gonçalves, por ser a pessoa com quem iniciei a fazer pesquisa na graduação, por ser tão amorosa e cuidadosa comigo, acreditando que sou capaz de ir além do que penso.

Ao meu orientador de Pedagogia, professor Dr. Alex, por todo afeto e orientações nas nossas pesquisas na época da licenciatura.

A Comissão Própria de Avaliação da UFRPE a quem estive como membro, por todo afeto e carinho que sempre tiveram comigo.

Aos pesquisadores do SEGS por aprender tanto com vocês.

Ao professor Dr. Fidel Ramirez pelo acolhimento no intercambio acadêmico na Universidad El Bosque, na Colômbia.

Às professoras e os professores do PPGEduc/UFPE/CAA, principalmente àqueles/as com quem tive a oportunidade de cursar disciplinas durante esse processo.

Aos amigos/as/es que fiz nas turmas de 2020 - 2023, especialmente, Jessiane, Villiana, Junior, Massilon, Vandecarlos, Sergivano, Helayne, Dayana, Cintia e Camila. Estivemos juntos/as partilhando alegrias, angústias e torcendo muito um pelo/a outro/a.

Às pessoas da pesquisa: Gratidão pela participação e estou torcendo pelo sucesso de vocês! Essa pesquisa é nossa!

Ao meu orientador, Dr. Marcelo Miranda, obrigado por ter sido mais que um orientador, considero um pai acadêmico! Obrigado por ter me proporcionado momentos de abertura para conversas além da pesquisa! Obrigado por exigir de mim e mostrar que sou capaz de melhorar a cada dia! Obrigado me entender quando eu estava desanimado! Obrigado pelas oportunidades e por acreditar em mim! Desejo o encontrar no Doutorado!

As professoras Allene, Aurineia e Fernanda, que fizeram parte da banca examinadora e contribuíram significativamente na construção desse trabalho desde a qualificação. Obrigado pelas observações feitas, pelas indicações e, principalmente, pelo olhar sensível e humano que vocês demonstraram para comigo.

A CAPES por ter financiado essa pesquisa.

Ao povo de Gravatá, minha terra, minha história!

A Deus por ter me proporcionado partilhar a vida com todas essas pessoas, por ser meu escudo, força e proteção.

Enfim, gratidão a todas as pessoas que de alguma forma me ajudaram a realizar esse trabalho e objetivo!

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender como as pessoas não binárias percebem seu reconhecimento em seus Programas de Pós-graduação (PPG) da UFRPE. O estudo parte de pressupostos pós-estruturalista, da teoria da performatividade, cisnormatividade, reconhecibilidade e reconhecimento. Nosso estudo foi motivado pela denúncia e problematização da inteligibilidade binária, supostamente, natural, normal e universal, que categoriza as identidades de gênero, de uma maneira, fictícia, exclusivamente em homem e mulher. Essa inteligibilidade binária não reconhece outras identidades de gênero, como a não binariedade, como possibilidades da pluralidade da existência humana. Essas violências são enfrentadas pelas pessoas LGBTQIAP+ cotidianamente em diversas instituições e dentre essas a educacional. Assim, a pesquisa se debruçou sobre os corpos não binários de estudantes de pós-graduação da UFRPE. Para o desenvolvimento desse estudo, utilizamos como recursos metodológicos: a técnica da *snowball para* realizar as entrevistas semiestruturadas. Esses dados foram compreendidos sob a Análise de Conteúdo (AC). Assim, levando em consideração o nosso objetivo geral, encontramos um cenário de cortes orçamentários para as universidades públicas e diminuição de bolsas de pesquisa para estudantes da pós-graduação. Nesse contexto, as pessoas não binárias que buscaram a pós-graduação como formação continuada, encontraram um ambiente mais hostil, porém, vale ressaltar que não foi mencionado violência física no referido *campus*. Entretanto, as pessoas não binárias perceberam alguns ganhos de reconhecimento com as pessoas LGBTQIAP+ se comprado com décadas passadas. As pessoas não binárias mencionaram ainda houvesse um reconhecimento maior delas na universidade é necessário mais políticas públicas educacionais de democratização e permanência delas no referido ambiente. Também mencionaram que havia a necessidade de formulários em que utilizem as opções de preenchimento para pessoas não binárias nas categorizações de gênero; mais grupos de pesquisa e projetos de extensão com a temática não binariedade; assim como se precisa utilizar pronomes neutros ou adequados às identidades das pessoas estudantes não binárias.

Palavras-chave: Cisnormatividade; Não Binariedade; Pós-Graduação; Reconhecimento.

ABSTRACT

This research has the general objective of understanding how non-binary people perceive their recognition in their Graduate Programs (PPG) at UFRPE. The study departs from post-structuralist assumptions, from the theory of performativity, cisnormativity, recognizability and recognition. Our study was motivated by the denunciation and problematization of binary intelligibility, supposedly natural, normal and universal, which categorizes gender identities, in a fictitious way, exclusively into men and women. This binary intelligibility does not recognize other gender identities, such as non-binarity, as possibilities of the plurality of human existence. These types of violence are faced by LGBTQIAP+ people on a daily basis in various institutions, including education. Thus, the research focused on the non-binary bodies of graduate students at UFRPE. For the development of this study, we used as methodological resources: the technique of *snowball* to conduct the semi-structured interviews. These data were understood under Content Analysis (CA). Thus, taking into account our general objective, we find a scenario of budget cuts for public universities and a reduction in research grants for postgraduate students. In this context, non-binary people who sought postgraduate studies as continuing education found a more hostile environment, however, it is worth mentioning that physical violence was not mentioned on that campus. However, non-binary people have noticed some gains in recognition with LGBTQIAP+ people compared to past decades. Non-binary people mentioned that even if there was a greater recognition of them at the university, more educational public policies for democratization and their permanence in that environment are needed. They also mentioned that there was a need for forms that use the filling options for non-binary people in gender categorizations; more research groups and extension projects with the non-binary theme; just as it is necessary to use pronouns that are neutral or appropriate to the identities of non-binary students.

Keywords: Cisnormativity; Non-binary; Postgraduate studies; Recognition.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dissertações e Artigos que fizeram parte da revisão de literatura	21
Quadro 2– Identificação das pessoas da pesquisa.....	58

LISTA DE SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CAA	Centro Acadêmico do Agreste
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CTC	Conselho Técnico Científico
DADÁ	Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Relação de Gênero, Sexualidade e Saúde
GT	Grupo de Trabalho
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero.
NUPEGE	Núcleo de Pesquisa e Estudos de Gênero
NUQUEER	Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais
PPG	Programa de Pós-Graduação
PPGECI	Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades
PPGEdu	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGEduC	Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea
SEGS	Processos de Subjetivação, Educação, Gênero e Sexualidade
TCL	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UPE	Universidade de Pernambuco.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	O cenário das pesquisas no contexto educacional com pessoas não binárias.....	18
2.	GÊNERO.....	26
2.1	Gênero- Contextualizando.....	26
3	TEORIA DA PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO.....	33
3.1	Gênero e Performatividade.....	33
3.2	Performatividade.....	36
4	CISGERIDADE E CISNORMATIVIDADE.....	39
4.1	Educação, Gênero e Não Binaridade.....	41
5.	TEORIAS DO RECONHECIMENTO	47
5.1	Nancy Fraser: Reconhecimento e Redistribuição	47
5.2	Condições de reconhecimento: a reconhecibilidade em Butler	48
6.	ASPECTOS METODOLÓGICOS	52
6.1	Análise dos dados	53
6.2	Delimitação do campo de pesquisa e pessoas da pesquisa.....	55
6.3	Ética na pesquisa em educação.....	55
7.	REFLETINDO SOBRE PESSOAS NÃO BINÁRIAS NA PÓS-GRADUAÇÃO: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS PARA O RECONHECIMENTO	57
7.1	Encontrando pessoas não binárias na pós-graduação: limites e desafios.....	60
7.2	Estratégias das pessoas pós-graduandas para ultrapassar uma inteligibilidade binária.....	64
7.3	Universidade como espaço que reforça ou subverte a lógica binária: experiências das pessoas não binárias.....	67
8.	CONCLUSÃO	71

REFERÊNCIAS	76
APÊNDICE A – Roteiro Das Entrevistas Individuais	81
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	84

1 INTRODUÇÃO

A inteligibilidade dicotômica sobre os corpos e gêneros já é imposta antes mesmo de uma pessoa ser gerada no ventre de uma pessoa grávida. Nesse caminho, o Estado, a família, a escola e a sociedade, de forma geral, direciona a compreensão para as identidades dicotômicas e excludentes de homem ou mulher. Questionar este par identitário é provocar o que é nomeado como ser homem ou mulher a partir dos órgãos genitais. Esta nomeação é perpetuada pela corrente cisnormativa que necessita produzir uma lógica inteligível e como possibilidade única em ser pessoa.

Dessa maneira, José Stona e Fernanda Carrion (2021) convidam a refletir que o conceito que utiliza o prefixo cis na palavra normativa, reflete um produto construído como institucionalizado de um discurso proposto como o “normal”, “sadio” e “natural”.

Nesse contexto, este estudo visa fortalecer o campo do conhecimento que possa valorizar as pessoas dissidentes, as quais Denize Sepulveda e José Sepulveda (2018) nomeiam como aquelas afastadas da regra dicotômica e possíveis de serem punidas por não terem o comportamento idealizado ao seu gênero.

A partir desse contexto, temos como objetivo geral: compreender como as pessoas não binárias percebem seu reconhecimento em seu Programa de Pós-graduação (PPG) da UFRPE.

O estudo em foco é desenvolvido à linha de pesquisa educação e diversidade do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea (PPGEduC), do Centro Acadêmico do Agreste (CAA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e ao grupo de pesquisa Processos de Subjetivação, Educação, Gênero e Sexualidade (SEGS).

Meu primeiro contato com o não binarismo veio no ano de 2017. Em uma aula no curso de psicologia, o professor do curso comentou que tinha uma estudante que usava batom e barba na sala de aula. Fiquei refletindo sobre este corpo, pois não conhecia a possibilidade do não binarismo. Estes dois signos são representações de identidades que a cisnormatividade separa dicotomicamente, atribuindo o batom para uma mulher e a barba para o um homem, os dois juntos causam estranhamento. As categorias dicotômicas são produzidas e estabelecidas pelo envolvimento das ciências humanas e biológicas, como sujeitos e objetos, nomeando cada

individualidade e características do par categorial (Stona; Carrion, 2021). Portanto, ao conversar com a pessoa citada pelo referido professor sobre sua corporeidade, recorro que aquela pessoa explicitou que sua identidade de gênero era não binária.

No ano seguinte, fui apresentado às ideias de Judith Butler na disciplina Psicologia, Corpo e Subjetividade. Por meio das ideias dessa autora, deparei-me com o conceito de inteligibilidade dos corpos. Essa inteligibilidade é problematizada uma vez que existe a necessidade de reafirmar uma lógica ficcional entre sexo/corpo, gênero, sexualidade/desejo que se materializa nos sentidos atribuídos ao corpo.

A partir desse contato, houve a reflexão sobre esta lógica que transpassa meu próprio corpo e materializa a minha performatividade de sexo e gênero, pois, apesar da leitura do meu gênero formalmente corresponder ao binarismo, meu corpo e gênero na prática, em algumas situações escapa dessa normatividade. Ele escapa por apresentar as seguintes marcações: ter pênis, voz aguda, poucos pelos, comportamentos ora “masculino”, ora “feminino”. Essa dissidência produz dúvidas nas pessoas que se guiam mais firmemente sob a lógica do binarismo de gênero.

Em 2020, ao cursar a disciplina Tópicos Atuais em Educação I: Educação, Gênero e Sexualidade, no PPGEduC e ao participar dos encontros do grupo de pesquisa do CNPq: SEGS (Processos de Subjetivação, Educação, Gênero e Sexualidades), as problematizações elencadas acima ganharam mais força refletindo no aumento do meu interesse na formação continuada por meio do desejo de cursar o mestrado em educação no PPGEduC pesquisando a temática de estudantes não binários.

Levando em consideração o contexto acima, nossa pesquisa foca nas as estruturas sociais de inteligibilidade binárias, dicotômicas e excludentes que direcionam as categorias sobre as pessoas binárias e não binárias e as possibilidades de desestabilizações dessas estruturas.

Nessa perspectiva, o nosso foco recai sobre estudantes não binários¹ que estão na pós-graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE),

¹ Nessa dissertação não será utilizada em toda sua escrita a linguagem não binária, visto não ser um dos objetivos propostos da pesquisa.

tendo o seguinte problema de pesquisa: como as pessoas não binárias percebem seu reconhecimento em seu Programa de Pós-graduação (PPG) da UFRPE?

Nos últimos anos, a UFRPE vem conquistando um espaço em acolher a diversidade, o trabalho do núcleo de Direitos Humanos da UFRPE, que promove campanhas de sensibilização, o uso do nome social pela resolução nº 21/2015, de 3 de março de 2015, o uso de cotas por meio das políticas afirmativas pela resolução de nº 048/2018 para discentes de pós-graduação que declaram ser negros (pretos e pardos), indígenas, pessoas com deficiência ou pessoas trans e por meio dos grupos de pesquisas e extensão como o Análise de Gênero e Discursos, criado em 2004; O NUPEGE (Núcleo de Pesquisa e Estudos de Gênero) criado em 2010; O DADÁ (Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Relação de Gênero, Sexualidade e Saúde) criado em 2007, O NUQUEER (Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais), criado em 2016, dentre outros grupos.

Existem pesquisadores(as) que defendem a construção de uma política educacional que não normalize os corpos, os gêneros, a sexualidade, a identidade, as práticas sociais aos processos de ensino-aprendizagem e de criticidade do pensamento, como Góes (2020) e Reis (2017). As contribuições na educação proporcionam uma interlocução com a concepção entre as identidades dos sujeitos e o pedagógico, participando de um movimento nos espaços escolares que facilitam o processo de ensino e aprendizagem com as alteridades (as diversas identidades sexuais, de gênero, étnico-raciais e culturais) que são vivenciadas na comunidade escolar.

Entretanto, há grupos que buscam negarem a existência das diversidades, excluindo e silenciando as pessoas não binárias de espaços sociais e de seus lugares de fala² a partir do reforço de uma inteligibilidade binária sob os padrões cisnormativos que são impostos à sociedade.

Categorias como: “estranho”, “bizarro”, “fora do padrão”, “desigualdade de gênero”, “minorias”, “incômodo”, “diferente”, são recortes de abjeção a pessoa *queer*

² O termo lugar de fala é utilizado pela Djamila Ribeiro (2017). A autora remete utilizar o discurso como um fenômeno de manifestação do imaginário social que é controlado pelo poder de excluir historicamente alguns grupos sociais. Possibilitar a oportunidade de escuta a quem deseja comunicar e nunca ocupou espaços privilegiados nem de falante de sua história. Essa ausência de lugar de fala diz respeito há uma estrutura negada aos grupos sociais que fogem da matriz branca, binária e heterossexual.

(Miskolci, 2014). Estas categorias são qualificações negativas atribuídas às pessoas a partir da perspectiva cisnormativa o que contribui para a sociedade não reconhecer a diferença como lugar em um contexto plural e democrática.

Da mesma forma, a experiência relatada nestas situações acima é similar às experiências em instituições sociais, tais como a escola e a família, no domínio coercitivo da violência simbólica de gêneros não binários que (re)produz as exclusões acima descritas.

Portanto, as identidades de gênero não binária na política educacional necessitam ser acolhidas por estarem no campo da diversidade. Criação de políticas afirmativas como da Universidade Federal Rural de Pernambuco pela resolução de nº 048/2018 para discentes de pós-graduação que declaram ser negros – pretos e pardos, indígenas, pessoas com deficiência ou pessoas trans são fortes indícios de um espaço que assume compromisso social e buscam o acesso à educação, para todas as pessoas, pois muitos corpos são punidos e foram excluídos desse direito por não terem um corpo ajustado no cotidiano da educação básica.

Mediante o que tange às referências sobre estudantes não binários, essas pessoas são submetidas a subjugações socioculturais cotidianamente no cenário universitário por docentes (Goes, 2020). Alguns docentes, além de serem intolerantes e intransigentes (violência simbólica), são despreparados pedagogicamente, para lidarem com as diversidades em sala de aula. Para Miskolci (2014), fugir da normalidade pré-estabelecida pela normatividade é susceptível a ser excluído, sem direito garantido de reconhecimento.

Como na sociedade, existe a ausência da diversidade a ser reconhecida, as pessoas dissidentes da binaridade de gênero, presentes na universidade, são atravessadas desde 2019 até 2022 pelo negacionismo de uma política no governo federal que tem promovido cortes orçamentários na educação, em específico do nível superior, implicando na impossibilidade de mais investimento. Além desses cortes orçamentários, há o reforço de um discurso de ódio com as pessoas dissidentes da cisnormatividade. Nesse sentido, há uma confluência negativa: machismo, sexismo, cisnormatividade e LGBTfobia que defende o binarismo como única possibilidade de identidade e de existência.

Assim, nossa pesquisa contribui para o campo de produção de conhecimento teórico-metodológico sobre a existência de pessoas não binárias na pós-graduação, promovendo, na perspectiva das diversidades de gênero, a ruptura da exclusão dessas pessoas nas instituições de ensino.

Nesse caminho, retomamos ao nosso objetivo geral: compreender como as pessoas não binárias percebem seu reconhecimento no seu Programa de Pós-graduação (PPG) da UFRPE.

E ressaltamos que para atingirmos ao referido objetivo geral, elencamos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar, a partir da visão das pessoas não binárias pós-graduandas os desafios enfrentados em seus PPGs;
- Elencar as estratégias utilizadas pelas pessoas não binárias pós-graduandas para ultrapassar uma inteligibilidade binária;
- Mapear nos PPGs os procedimentos que reforçam e ou subvertem a lógica binária.

Nesse caminho, apontamos a relevância da nossa pesquisa, a partir da investigação de estudantes não binários na pós-graduação da UFRPE, visto que não encontramos na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) pesquisas com a referida temática. Assim, nossa pesquisa poder contribuir para o campo de produção de conhecimento sobre educação e pessoas não binárias reforçando a dimensão plural e democrática que a sociedade brasileira e a instituição educacional precisam ter.

A seguir, explicitaremos os estudos sobre pessoas não binárias e educação para mapear como vem sendo construído esse campo de produção de conhecimento.

1.1 O cenário das pesquisas no contexto educacional com pessoas não binárias

Nos últimos dez anos, pesquisas em educação tem crescido em diversos temas, entre eles a relação com gênero e sexualidade, como é observado no relatório de dissertação e teses da UFPE. Essa relação promove e contribui para desestabilizar e ou desconstruir desigualdades, exclusões e ausência do respeito e aprendizado com a diferença tanto dentro do sistema educacional como nos

processos de socialização como um todo. Assim, é reforçado a democracia e a garantia dos direitos humanos, principalmente entre pessoas dissidentes (em relação ao corpo, ao gênero e à sexualidade) acerca dessa área de conhecimento. Esse reforço possibilita o acesso e permanências de pessoas dissidentes LGBTQIAP+³

Diante desse contexto, evidenciando a importância de realizarmos um levantamento sobre as produções científicas entre educação e pessoas não binárias, primeiramente, visitamos o Repositório Institucional da UFPE, o Banco de Teses e Dissertações da UFPE. Selecionamos dois programas específicos: o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) e o Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea (PPGEduC). Em ambos programas, não encontramos nenhuma pesquisa sobre pessoas não binárias e instituição educacional. Também visitamos o Repositório Institucional da UFRPE, o banco de dissertações do Programa de Educação, Culturas e Identidades (PPGECI).

No Programa de Educação em Educação PPGEdu, encontramos 354 dissertações de mestrado e 188 teses de doutorado, totalizando 542 produções no período de 2013 a 2021. No PPGEduC, foram encontradas 128 dissertações do início do PPG (2013) até o ano de 2021. No PPGECI, foram encontradas 91 dissertações de 2015 até 2021 e como já ressaltado, não havia estudos sobre a referida temática nos três Programas.

O recorte temporal entre os anos de 2013 a 2021 teve como princípio início das atividades do PPGEduC, Programa ao qual estamos vinculados. Além desse vínculo explicitado, tanto o PPDEdu e o PPGECI são Programas na área da Educação e funcionam no mesmo a pouca distância do PPGEduC, ou seja, a mais ou menos 133,3 km. Ressaltamos ainda que as atividades do PPGECI são um pouco mais recentes. Elas tiveram início em 2015.

Nesse caminho, o nosso levantamento bibliográfico foi focado nos resumos e nas palavras-chaves que faziam menção a pessoas não binárias na educação, tanto na educação básica, como também na graduação e pós-graduação. O primeiro passo foi realizar um levantamento a partir dos descritores: gênero não binário, educação,

³ O termo LGBTQIAP+, representa a comunidade de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queer*, intersex, agêneros, assexuados, Pansexuais e + representa os outros gêneros e sexualidades existentes. Esta sigla tem em sua história um crescimento de ganho de reconhecimento desde o final dos anos 1970 até seus desdobramentos no século XXI (BORTOLETTO, 2019).

pós-graduação. Como anteriormente exposto, não encontramos dissertações e teses com a referida temática nos três Programas.

Após o levantamento nos repositórios mencionados acima, recorremos a ferramentas de pesquisas do Google Acadêmico. Essa ferramenta foi utilizada por facilitar a localização de trabalhos que foram publicados em periódicos científicos, anais de eventos científicos e dissertações.

A busca foi realizada utilizando os mesmos descritores: gênero não binário, educação, pós-graduação, utilizando um recorte temporal de 2017 a 2021, por ser um período na história nos estudos de Gênero e sexualidade em que as produções e identificações de gênero não binários vêm ganhando visibilidades nas publicações em artigos, como as produções de Goularth (2017), Reis (2017) e Brazão; Dias (2021).

Assim, por meio do Google Acadêmico, encontramos sete pesquisas com relação direta com os descritores gênero não binário, educação e pós-graduação. Encontrando duas dissertações: Fernanda Góes (2020) e Neilton Goularth (2018) e cinco artigos publicados em anais e revistas: Roney Castro; Neilton Goularth (2017), Vitória Padilha; Yáskara Palma (2017), Neilton Reis (2017), José Medeiros (2019) e José Brazão; Alfrâncio Dias (2021).

Quadro 1– Dissertações e Artigos que fizeram parte da revisão de literatura.

ITEM	TÍTULO	TIPO DE PRODUÇÃO	INSTITUIÇÃO DOS PESQUISADORES	AUTOR	ANO
1	O QUARTO EXCLUÍDO: gêneros não binários e formação universitária.	Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organização de Aprendentes	UFPB	Fernanda Góes	2020
2	EU SINTO QUE EU SEMPRE ME ENCAIXEI NESSA COISA DE NÃO SER HOMEM E NÃO SER MULHER?: Tecendo saberes e experiências da não-binaridade de gênero	Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Educação	UFJF	Neilton Goularth	2018
3	ROMPER BINÁRIOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE: ensaiar uma educação não-binária	Artigo	UFJF	Roney Castro; Neilton Goularth	2017
4	VIVÊNCIAS NÃO-BINÁRIAS NA CONTEMPORANEIDADE:	Artigo	FADERGS	Vitória Padilha;	2017

	UM ROMPIMENTO COM O BINARISMO DE GÊNERO.			Yáskara Palma	
5	(RE)INVENÇÕES DOS CORPOS NAS EXPERIÊNCIAS DA NÃO-BINARIDADE DE GÊNERO	Artigo	UFJF	Neilton Reis	2017
6	A FLOR DE JACINTO”: e quando o/a professor/a é gênero não binário?	Artigo	IFPB	José Medeiros	2019
7	O QUE DIZEM OS ESTUDANTES SOBRE GÊNERO NÃO-BINÁRIO: um estudo comparativo na Universidade Federal de Sergipe e na Universidade da Madeira	Artigo	UFS/UMA	José Brazão; Alfrâncio Dias	2021

Fonte: O Autor (2022).

Nesse viés, apresentaremos a seguir as pesquisas citadas no quadro acima, priorizando organizar nas seguintes categorias: temas de pesquisa; objetivos; metodologia, principais teorias e técnicas de coletas de dados; e resultados.

A primeira pesquisa apresentada é de Fernanda Góes (2020), dissertação de mestrado do Programa de Pós- Graduação em Gestão de Organização de Aprendentes pela UFPB. Teve como objetivo compreender a binaridade de gênero na aprendizagem na formação universitária. A pesquisa foi de abordagem quali-quantitativa, do tipo exploratória.

Nessa pesquisa, foi possível identificar pelos docentes a falta de formação pedagógica para lidarem com pessoas não binárias. Seus discursos eram compostos da dicotomia em ser homem e ser mulher em atos performáticos. Além desse ponto, o estudo também focou em saber como as pessoas não binárias sentem estas imposições normativas que marcam o sistema sexo-gênero ao mesmo tempo em que exclui esse tema da formação universitária.

A pesquisa ocorreu no Instituto de Ensino Superior da Paraíba (IESP). Os dados foram coletados a partir da amostragem não-probabilística por meio de duas vertentes: a) aleatória, através de sorteio pelo acesso ao sistema acadêmico, para selecionar seis docentes (dois/duas de cada área do conhecimento que situam os cursos de graduação do IESP que são: Ciências da Saúde, Ciências Exatas e Tecnológicas, e Ciências Humanas); e b) intencional, na perspectiva de selecionar seis estudantes de graduação com gênero não binários.

As pessoas da pesquisa não necessitavam de uma autodeclaração, mas se apresentam como “gênero não binário”, visto que o sistema cultural implica no reconhecimento destas pessoas induzindo e determinando o sentido binário, ou seja, de ser homem e ou mulher. Por esta razão, compreender pessoas não binárias envolve as diversas identidades que diz respeito às autopercepções e autoexpressões, de narrativas subjetivas de pessoa histórica que necessitam romper com princípios compulsórios da supremacia do sistema cisnormativo de sexo-gênero.

Para Góes (2020), a compreensão sobre a condição de reconhecimento destas pessoas, envolvem os contextos de aprendizagem na formação universitária. A autora utilizou como proposta de investigação e interpretação dos resultados o “método do quarto excluído”, considerado pouco explorado no país. O referido método está pautado na abordagem histórico-cultural, pelo cognitivo e pelo representativo do sujeito, por meio dos níveis de elaboração do pensamento mediado pela linguagem. Considerado um recurso didático-psicológico que compreende as concepções pré-estabelecidas pelo sistema econômico-político e sociocultural dominantes.

Os resultados da pesquisa demonstraram que os preconceitos e violências sofridas por pessoas não binárias são consideradas abomináveis no convívio social, e, especificamente, na educação formal. No processo de aprendizagem, essas pessoas apresentaram maiores dificuldades em atender aos determinismos da aprendizagem formal por serem excluídas pela equipe de professores, estudantes e equipe de gestão.

Refletindo sobre os discursos de poderes que envolvem a exclusão pelo sistema sexo-gênero, são estabelecidas através das relações sociais controles dos corpos diretamente que implicam nos processos de aprendizagem. Quando analisamos os discursos docentes são passíveis de atos de exclusão quando percebem estudantes que fogem dos padrões estabelecidos para pessoas binárias, de uma heterossexualidade compulsória como demarca as pesquisas de Miskolci (2020).

Refletindo sobre estes ocorridos com os corpos não binários, torna-se necessário o conhecimento dos estudos de gênero na formação universitária, seja pelos lapsos das políticas institucionais e formação pedagógica, garantindo direitos

de um espaço de aprendizagem voltado para acesso do conhecimento sobre corpos e das diversidades de identidades de gênero na formação universitária.

A segunda pesquisa é de autoria de Neilton Goularth (2018). Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação pela UFJF. Teve como objetivo compreender como os indivíduos que se identificam com gêneros não binários e ou possuem desconforto com o binário de gênero vivenciaram os currículos e entenderam a sua própria não binaridade. A técnica de coletas de dados ocorreu por meio de entrevistas gravadas, com três pessoas. Foi utilizada análise do discurso como metodologia via autores pós-estruturalistas.

Os resultados dessa pesquisa foram expostos por meio de retalhos poéticos de Federico Garcia Lorca apresentando as vivências das pessoas que rompem com a inteligibilidade binária e como seu corpo não é compreendido por não utilizar a dicotomia feminino ou masculino. Vale ressaltar que o acesso ao processo de ensino e aprendizagem foi comprometido em decorrência das violências sofridas pelas pessoas não binárias, uma vez que elas não se sentiam reconhecidas pela instituição.

Por meio da perspectiva Pós-estruturalista, esta pesquisa focou nas tensões em decorrência do rompimento do binarismo de gênero na educação. Assim, no rompimento da matriz binária de gênero foram envolvidas as dimensões corporais, estéticas e morais constituídas por meio do processo individual e social problematizando a coesão da existência do binário como única possibilidade de performatividade de gênero.

A terceira pesquisa, de Roney Castro e Neilton Goularth (2017), foi um artigo publicado na Margens: Revista Interdisciplinar e teve como objetivo verificar as possibilidades de pensar a educação escolar e a formação docente como instâncias de produção de significados sobre os gêneros e as sexualidades, buscando problematizar as oposições binárias como pressupostos de inteligibilidades.

Como técnica de coleta de dados, foram utilizadas entrevistas gravadas realizadas com duas pessoas não binárias que eram estudantes em uma escola. Os dados produzidos via entrevistas foram analisados por meio da Análise do Discurso. Como resultado, a pesquisa apresentou que as pessoas não binárias eram vistas como esquisitas e que a escola não tinha cuidado com as pessoas que romperam com a binaridade. Nesse caminho, a referida pesquisa explicitou que a educação e a

formação dos professores reforçavam binarismos (re)produzidos cotidianamente criando hierarquias no ambiente escolar.

A quarta pesquisa, de Vitória Padilha e Yáskara Palma (2017), é um artigo publicado no Anal do 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero. Teve como objetivo conhecer as expressões e vivências das pessoas não binárias, e como metodologia e técnica de coleta de dados, utilizou a Análise de Discurso e entrevistas com seis pessoas não binárias maiores de dezoito anos, residentes na cidade de Porto Alegre e região Metropolitana/RS. Como resultado, as autoras apresentaram que a referida população é marginalizada no acesso a políticas de saúde, apoio social e familiar.

No referido estudo foi reiterado o crescimento de identidades de pessoas não binárias e a ruptura das normativas de gênero e sexualidade. As pessoas não binárias resistiram m a resignificar seus modos de ser, problematizando o binarismo do gênero e os estereótipos como únicas possibilidades de existência de corpos em uma lógica exclusivamente binária.

A quinta pesquisa, de Neilton Reis (2017), foi um artigo publicado em periódico da UNIFAP. Teve como objetivo problematizar os atravessamentos entre as não binaridades de gênero e os corpos. Entrevistou dois estudantes não binários, do Ensino Médio, no ano de 2015, residentes da cidade do Rio de Janeiro. Utilizou a Análise do Discurso. Como resultado apresentou as pessoas não binarias rompem com a norma estabelecida e contribuem para que novas perspectivas sejam engendradas sobre os corpos para além da binaridade.

A sexta pesquisa é de autoria de José Medeiros (2019). O artigo publicado teve como foco a discussão do não binarismo de gênero como performatividade docente. A metodologia recorre a uma pesquisa teórico-hermenêutica, subsidiada por aportes dos estudos queer. A pesquisa apresentou como professores/as não binários/as são atravessados/as pela ordem de um discurso heteronormativo que nega a existência de subjetividade divergente e como as instituições de poder, como Estado e a escola, são opressoras com as diversidades. Nesse caminho, os profissionais de educação foram vítimas do sistema com discurso cisnormativo que negou e buscou (re)enquadrar as pessoas não binárias nos padrões do binarismo, oprimindo-as. Vale ressaltar que o referido estudo remete um dado bem significativo sobre gênero e perfil

docente considerando ser escasso pesquisas sobre essas pessoas docentes no Brasil.

Na sétima e última pesquisa, José Brazão e Alfrâncio Dias (2021) explicitaram que o objetivo do seu estudo foi analisar o gênero não binário por meio de estudo comparativo na Universidade da Madeira, UMA (Portugal) e na Universidade Federal de Sergipe, UFS (Brasil) acerca das “vozes dos estudantes universitários sobre a diversidade sexual e de gênero, sua relação com a coeducação e com a inovação pedagógica” (2021, s. p.). Como metodologia, utilizaram a Análise de Conteúdo tendo como técnica de coleta de dados o uso de questionário. Como resultado, o artigo apresentou que os preconceitos entre os gêneros são cultuados pelas fortes influências do sistema cisnormativo. Entretanto, as universidades apresentaram o gênero não binário como reconhecido. Vale ressaltar que os autores afirmaram que esse campo de produção de conhecimento necessita de mais estudos para se ter mais visibilidade e ampliarem esse campo de produção de conhecimento.

Após a análise das produções selecionadas, observamos que os estudos trouxeram contribuições para o campo teórico-metodológico sobre as relações das pessoas não binárias e educação. Concomitantemente, apontaremos a seguir algumas diferenciações desses estudos em relação ao que nossa pesquisa se propõe estudar.

As pesquisas, em geral, trouxeram em comum a abordagem teórica vinculada ao paradigma Pós-Estruturalista. Perspectiva que também consideramos importante em nosso estudo. Das setes pesquisas, quatro fazem suas abordagens por Análise do Discurso, uma Análise de Conteúdo, uma teórico-hermenêutica e uma quali-quantitativa. Nesse caminho da coleta de dados, foram focados como sujeitos das pesquisas as pessoas não binárias e docentes (binários e não binários).

Além disso, considerando a necessidade e a importância de promoção da discussão do tema, a nossa pesquisa contribui tanto empiricamente, trazendo novas demandas sobre o tema, como no campo da produção de conhecimento com as temáticas de pessoas não binárias e a pós-graduação.

2- GÊNERO

Os estudos sobre as temáticas de gênero, cisnormatividade e não binaridade refletem acerca das questões ligadas, diretamente à diversidade dos gêneros e aos preconceitos a elas relacionadas. Para seguirmos em nossa pesquisa, faz-se necessário apresentarmos os conceitos que serão usados em nossa pesquisa como referencial teórico. Por isso, organizamos essa seção a fim de discutirmos sobre gênero, cisnormatividade e não binaridade que permearão nossa pesquisa.

Primeiramente, trazemos uma conceituação sobre gênero com a proposta de localizar quais caminhos o referido termo vem assumindo. Iniciaremos por meio de uma reflexão histórica do movimento feminista e a busca por acesso a direitos sociais para todas pessoas.

2.1 Gênero- Contextualizando

A palavra gênero surge após a II Guerra Mundial, por meio do protagonismo dos movimentos sociais feministas, que questionavam as desigualdades sociais entre o grupo chamado de homens e o grupo chamado de mulheres, justificando a corporeidade que era direcionada por identificar o binário no gênero e dividir os grupos supracitados, utilizando a estrutura do campo biológico para nomear gênero e sexo como correspondentes e deterministas desde a concepção da gravidez ao nascimento.

Desta forma, é estruturado justificativas que o feminismo questionava por vivenciar as práticas sociais de binário masculino sobre o feminino. Utilizando está última categoria, sob a dominação masculina, com adjetivos de fragilidade, submissão, afetividade e responsável por procriar a população.

Em 1968, Robert Stoller, em sua obra “Sex and Gender”, utiliza a palavra gênero para diferenciar do termo sexo, que estava direcionado ao campo biológico. Este livro é um marco para saúde por tratar sobre intervenções cirúrgicas para pessoas intersexuais e transgêneras, que buscavam anatomia genital do gênero que se reconheciam. Assim, por meio da referida obra, as características anatômicas não eram importantes para determinar o gênero do indivíduo. Essa identidade deveria ser vinculada ao sentimento do indivíduo em se identificar como ser mulher ou como ser homem indo além do sexo (“macho” ou “fêmea”) (Spizzirri; Pereira; Abdo, 2014).

Problematizando as identidades de gênero, as autoras Spizzirri, Pereira e Abdo (2014) afirmam que historiadores já apontavam que comportamentos de gênero não estavam associados ao sexo de nascimento, mas a questões culturais da sociedade. Assim, já na década de 1980, a categoria já era utilizada como não distinção entre homens e mulheres, pois os órgãos genitais não determinam as identidades. São os fatores culturais em que as pessoas são socializadas que determinam suas identidades.

Assim, é possível refletir como a categoria gênero vai ganhando uma visibilidade social produzindo sentidos em que ser homem era ou é destacado hierarquicamente em relação a ser mulher.

Observamos em nosso cotidiano marcadores sociais de gênero que determinam o que é “ser homem” ou o que é “ser mulher”. Estes marcadores são observados desde a ultrassom que nomeia a identidade daquele feto que está sendo gerado na barriga da pessoa grávida. Após o referido exame tem crescido o número de chá revelação, que por meio de uma comemoração é revelado para as famílias o gênero da criança por meio de signos representativos nas cores rosa para menina e azul para menino. Nesta festa, já podemos observar os marcadores das cores que são conservados e estimulados a serem apresentados para explicitar as identidades que são binárias.

Outro exemplo que podemos continuar a representar a binariedade são os enxovais, que são divididos por cores. Aquelas cores mais próximas ao rosa são para meninas/mulheres e aquelas mais próximas para o azul são para meninos/homens. E neste caminho, vão seguindo os brinquedos que também acompanham uma lógica de divisão que são utilizados pelas características de atividades que remetem ao cuidado, como por exemplo: atividades domésticas, cozinhar, brincar de ser professora que em geral são direcionadas para as meninas; já as atividades que remetem ao cuidado com a renda, carros, esportes, animais são para os meninos.

Essas diferenciações são observadas em outros fatores como: comportamento, roupas, profissões e brincadeiras. E nesta perspectiva, observamos que são práticas hierarquizadas pela subordinação da mulher e sob a dominação do homem (Miranda, 2003). Essas desigualdades ocorrem em diversos espaços e funções sociais que são marcadas pela desvalorização da atuação da mulher em funções que seja esperado

a gestão e principalmente a dificuldade de homens aceitarem orientações de mulheres. Outro marcador social seria no trânsito, pois, as condutas de ultrapassagem consideradas equivocadas serem associadas a mulheres e velocidade que é considerada uma habilidade de raciocínio lógico mais elaborado para homens. Ou seja, é atribuído que as mulheres não são condutoras competentes e que os homens são excelentes motoristas. Vale destacar que o seguro do automóvel é mais barato quando é uma mulher como principal condutora, por ser mais prudente que os homens na direção.

Nesse caminho da categoria gênero, Joan Scott (1995) expressa que existem diversos aspectos que são interligados pela relação de poder que constitui o entendimento do gênero: conceitos normativos por meio de doutrinas religiosas, políticas e jurídicas; o sentido em ser masculino e feminino por meios de representações de genitais; as representações de controle e domínio entre as classes e acesso aos direitos fundamentais.

Por esta razão, o conceito de sexo biológico é utilizado como marcador para diferenciar as pessoas. Isso ocorre por receber no decorrer da história várias representações sobre o que é gênero e como são influenciados. Essa perspectiva já foi denunciada por Judith Butler (2003) que afirmar que o gênero virou suplemento do sexo.

O gênero não pode ser compreendido apenas pelas estruturas hierárquicas, mas também está determinando as diferenças fisiológicas. Entretanto, algumas produções teóricas ainda remetem o gênero, como composição social e cultural, sobre um sexo biológico e natural⁴.

Mas afinal, há uma essência natural em relação ao que supostamente vem sendo determinado como sexo biológico e binário ou esse corpo/sexo sofre uma produção de sentido em decorrência das categorizações arbitrariamente dicotômicas, excludente e hierarquizadas em nossa sociedade? Será que nossa construção social, sempre será dividida em formato dicotômico por elementos binários?

⁴ Vale destacar que a categoria sexo como biológico é problematizada e desconstruída pela teoria da performatividade de gênero de Judith Butler . Pra essa autora tanto o corpo/sexo, o gênero e a sexualidade são interpelações sociais com base em categorias dicotômicas excludentes e hierarquizadas (Butler, 2019).

Pensando nestes questionamentos, recorremos ao feminismo como movimento e teoria social que problematiza e desestabiliza as desigualdades de gênero. Os caminhos percorridos pelas feministas na luta pela equidade e igualdade de direitos se materializam. Por esta razão, vamos compreender as ondas do feminismo e como elas refletem nos estudos dos gêneros.

A primeira onda teve início no século XIX e é conhecida como movimento sufragismo, por ter como perspectiva o acesso aos direitos civis para as mulheres. O sufragismo lutou pelo direito ao voto, oportunidade de estudar, acesso ao mercado de trabalho por diversas profissões e organização da família.

Contudo, neste caminho é possível verificar uma diferenciação nos direitos. As reivindicações não levaram em conta as diferenças de classes social, raça nem sexualidade entre as mulheres. O foco recaiu sobre as mulheres brancas enquanto as mulheres de cor e camadas populares não tiveram suas necessidades específicas levadas em consideração. Nesse contexto, além das desigualdades entre homens e mulheres, havia, e ainda há, desigualdades entre as mulheres o que reforçava uma subordinação interseccional com essas mulheres (Gomariz, 1992).

A segunda onda do feminismo teve início na década de 60, do século XX. Essa onda pode ser caracterizada tanto em questões de garantia de direitos sociais e políticos como também pela construção de conhecimento teórico. Um grande marco dessa segunda onda foi a filósofa Simone de Beauvoir (1957) e sua consagrada frase “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (Beauvoir, 2016).

A terceira onda do movimento feminista, teve como proposta compreender questões que estão nas diferenças entre este gênero, visto reconhecer que não são iguais, por apresentarem elementos como a classe, etnia, sexualidade e a raça, que implicam na subjetividade e interseções entre marcadores de opressão. Na década de 1970, como as pesquisadoras realizaram denúncias de violências e discriminações contra o gênero feminino. Essas denúncias materializavam a luta pela equidade e igualdade e a valorização da mulher na sociedade.

Miranda (2003) destaca a importância deste movimento dos estudos de gênero por marcar a participação e protagonismo de mulheres em espaços que eram naturalizados para homens, como a docência, a partidos políticos e ou sindicais, as greves e as produções acadêmicas.

Em 1980, Scott (1996), visando aprofundar o campo teórico dos estudos de gênero que eram denominados “estudos de mulheres” propõe o gênero como uma categoria analítica e relacional. Nesta categoria relacional as mulheres têm suas identidades construídas se assemelhando a outras mulheres e se diferenciando dos homens e da mesma forma que os homens constroem suas identidades se identificando com outros homens e se diferenciando das mulheres.

Scott (1996), ao trabalhar sobre o conceito de gênero, indica alguns fatores importantes, como a rejeição ao determinismo biológico, as relações sociais envolvidas, as questões culturais estabelecidas e as desigualdades entre as pessoas. Pensando neste caminho, gênero é uma categoria relacional que envolve as relações de poder.

Entretanto, o gênero ainda continua uma construção social e cultural sobre um corpo/sexo biológico. Essas questões naturalizam a pessoa com pênis a ser reconhecida “naturalmente” como homem e lhe garante a dominação sobre os corpos femininos. No entanto, vale ressaltar que o sexo/corpo como “natural” é problematizado, desestabilizado e desconstruído por autores vinculados ao Pós-Estruturalismo.

Judith Butler (2019) é uma outra teórica que problematiza a categoria gênero, mas também sexo/corpo e sexualidade. Essa autora desconstrói a inteligibilidade dicotômica do corpo, do gênero e da sexualidade. Butler afirma, por meio de sua teoria da performatividade de gênero, que tanto o sexo/corpo como o gênero são ficcionalmente categorizados como dicotômicos. Além da denúncia da ficcionalidade dicotômica, a autora problematiza a suposta lógica linear sexo-gênero-sexualidade. Ou seja, um corpo de “macho” necessariamente não tem de ser um gênero masculino e vice-versa. Ela desconstrói o caráter ontológico/essencialista do ser (corpo e gênero). Vale ressaltar que a partir dessas desconstruções é possível problematizar e denunciar a cisnormatividade e a cis-heteronormatividade cuja desestabilização será abordada mais adiante

Assim, desestabilizam-se que as identidades são produtos institucionalizados por meio de regras dicotômicas e passíveis de controles pela cisnormatividade ou cis-heteronormatividade. Nesse caminho, as pessoas divergentes (não binárias) ao

mesmo tempo em que resistem a essas categorizações binárias sofrem sanções em serem reconhecidas socialmente.

De acordo com Butler (2019), gênero é uma construção social que não é limitada a um sexo/biológico/natural dado a um corpo pela inscrição jurídica pautada em genitais, mas um meio pré-discursivo produzido pela identificação na cultura. O sexo não está relacionado à possibilidade de reprodução humana, mas sim a identificação em uma categoria dicotômica que materializa o reconhecimento do indivíduo em pessoa.

Assim, reconhecemos que a necessidade de nomear uma criança em menino ou menina envolve em direcionar a um sistema de reconhecimento e em determinar quais comportamentos devem ser ensinados, reforçados e permitidos como controle de seu corpo, gênero e, possivelmente, de sua sexualidade. É por meio dessa performatividade de gênero que a cisnormatividade e ou cis-heteronormatividade controlam a inteligibilidade sobre os corpos, gêneros e sexualidades.

Estas características que diferenciam os corpos não representam apenas uma nomeação em ser masculino ou feminino, mas são impostas para categorizar e remeter que existe um gênero que foi construído como dominante - o homem e outro como passível de dominação – a mulher. Estas diferenciações são abordadas também nos aspectos socioeconômico, quando é visualizado a desproporção dos salários entre os gêneros ocupando os mesmos; as atribuições de atividades domésticas destinadas para mulheres; as questões que interseccionam raça e gênero, como quando percebemos como as pessoas negras são desvalorizadas e recebem preconceito cotidianamente, atribuindo ao homem negro a força braçal e a virilidade e à mulher negra como empregada doméstica e mãe-preta (Gonzalez, 2019).

Pensando nestes corpos que sofrem estas imposições para serem aceitos como passíveis para socializar em um ambiente binário, cisnormativo e ou cis-heteronormativo. Butler (2019) nomeia de performances subversivas as que rompem com o que foi determinado ao seu gênero por seguir uma orientação fundamentada supostamente como natural e de domínio simbólico por meio do linguístico. Este envolvimento expressa como os corpos são destinados a terem comportamentos por apresentarem características vindas de um corpo humano composto de órgãos e as

diferenças anatômicas são utilizadas para separar e diferenciar, nomeando-as pertencerem a um grupo específico e serem passíveis de seguir regras.

O gênero é imposto pela coerção de forma diária para ser reconhecido como um fato “natural” e linguístico que renuncia o campo cultural do corporal para não apresentar performances subversivas. E por meio das renúncias que são impostas às pessoas. Assim, as pessoas dissidentes sofrem discriminação, violências e culpa por não performarem seu gênero de forma cisnormativa ou cis-heteronormativa.

Pensando neste sistema opressor Miskolci (2020) apresenta a Teoria Queer como abrangente a grupos sociais subalternizados e excluídos diante de suas diferenças, sejam pelas relações gênero, sexualidade e corpo. Essas pessoas dissidentes causam desestabilidade na ordem socioinstitucional das instituições que determinam poder como a escola/universidade, Estado e família.

E por meio da Teoria *Queer*, corpos dissidentes são reconhecidos pelas subjetividades que eles identificam em suas identidades, promovendo um espaço que possa romper com a produção da existência de apenas dois gêneros e possibilitando que corpos não binários possam performar na sociedade e serem identificados como pessoas e principalmente poder romper com a lógica de patologização que a cisnormatividade e a cis-heteronormatividade enquadram/interpelam as pessoas.

Nesse contexto da performatividade de gênero excludente entre masculino e feminino, questionamos: só existem dois tipos gêneros, ou seja, masculino e feminino? Caso a resposta seja sim, o que seriam as pessoas que não se reconhecem neste binarismo, que excedem essa inteligibilidade dicotômica? Estes questionamentos demonstram como o campo do gênero vem sendo aprofundado tanto teórico como politicamente em relação a processos identitários inclusivos e de exclusões.

3-TEORIA DA PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO

A teoria da Performatividade de gênero foi desenvolvida por Judith Butler (2019). Seu trabalho, sob a perspectiva Pós-Estruturalista, apresenta a proposta de problematizar e desestabilizar a matriz binária dos gêneros. Nesse caminho, o ser homem ou o ser mulher não apresentam características deterministas, mas são comportamentos aprendidos e impostos pela sociedade que utilizam de práticas sociais fundamentadas em uma estrutura que respalda as relações de poder

Para serem aceitas na sociedade, as pessoas aprendem a apresentarem comportamentos, como o andar, o falar, o vestir e a se comportarem em função das interpelações de corpo, gênero e sexualidade. Estas ações são caracterizadas como performances do gênero e tem como objetivo a expressividade da identificação do gênero. Contudo, o gênero é implicado em uma matriz que é fundamentada em uma estrutura, supostamente, binária que remete ao homem ou à mulher que são caracterizados por comportamentos esperados e determinados e que necessitam cumprir e apresentam o gênero como sendo essencialista e naturalizado. Assim, neste capítulo, pretendemos compreender como a teoria da performatividade de gênero pode desestabilizar e desconstruir a binariedade de gênero como natural e normal.

3.1 Gênero e Performatividade

A estruturação da ideia do gênero em ser uma construção cultural é apontada pela distinção que é indicada entre sexo e gênero. Apontando o primeiro como algo herdado naturalmente, enquanto o segundo edificado culturalmente. Nesta perspectiva, ao associar o sexo à natureza estaria dirigindo que não existe identificação, mas determinismo biológico para o corpo sexuado e que a cultura atua na construção das diferenças de gênero.

Existem teóricas que aceitam estas divisões entre a relação de sexo, como biológico e do gênero como sociocultural. Para Simone Beauvoir (2016), gênero é uma construção social, pois “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (Beauvoir, 2016, p. 11). Assim, parte das teóricas feministas utilizam esta fundamentação ao conceituar gênero com o propósito de uma justificativa para se compreender as desigualdades de gênero como engendradas na sociedade; enquanto o sexo, supostamente natural, estaria em uma estrutura normativa que divide, regulariza e determina o poder entre as pessoas binariamente (Stona; Carrion, 2021).

Nesta perspectiva, na teoria da performatividade de gênero de Butler, já observamos distinções com as teorias que apoiam a diferença de sexo/gênero. Butler tem a proposta de criticar esta divisão e problematiza as categorias de corpo, gênero e sexualidade. Para a autora, "talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nula" (Butler, 2015, p. 27), na produção desse campo de conhecimento.

Para compreendermos os motivos desta crítica, buscamos o seu livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (Butler, 2020). Na obra podemos identificar conceitos que justificam sua problematização nos estudos de gênero, como a desconstrução de categorias dicotômicas e hierárquicas.

Em sua obra conceitos como: essência/aparência; natureza/cultura; imaterial/material e alma/corpo são questionados por serem enquadrados em uma concepção que a autora denuncia e denomina de "metafísica da substância".

Para Salih (2015), a crítica butleriana da "metafísica da substância" refere-se à crença difundida de que o sexo e o corpo são entidades materiais, 'naturais', autoevidentes" (2015, p. 72). Nesse contexto, para Butler, está ideia não é coerente, visto ser crítica ao pensamento humanista de sujeito, por indicar a pessoa como substantiva e por esta razão a naturalização nas representações. Para Butler:

As concepções humanistas do sujeito tendem a presumir uma pessoa substantiva, portadora de vários atributos essenciais e não essenciais. A posição feminista humanista compreenderia o gênero como um atributo da pessoa, caracterizada essencialmente como uma substância ou um "núcleo" de gênero pré-estabelecido, denominando pessoa, que denota uma capacidade universal de razão, moral, deliberação moral ou linguagem. (Butler, 2015, p.32).

Para Butler denuncia que o gênero, até então, era visto como uma substância ou essência do sujeito e que precisaria ser, a partir dessa visão criticada por ela, estático e imutável.

Enquanto gênero, para autora, não pode ser entendido como algo fixo e dado, por ser constituído a partir de identificações de atos que (re)fazem, pois, "o gênero é a estilização de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual, se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser" (Butler, 2015, p. 69).

Portanto, o conceito de gênero descrito por Butler, não é substância, nem essência do sujeito, por identificar como performativo, por ser constituído por símbolos de atos repetitivos. Por esta razão, equívocos são elaborados atribuindo o natural ou uma essência ao ser humano nas construções sobre as identidades de gênero.

Com base nestas construções, “a ideia de que o gênero é construído sugere certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável” (Butler, 2015, p. 28). Assim, permanecer com a ideia que gênero é construído pela cultura, sem problematizar o sexo/corpo, é estabelecer uma inteligibilidade que não desestabiliza as leis da cultura nem os determinismos supostamente biológicos, naturalizadas e essencialistas que interpelam as pessoas para serem binárias e quem for dissidente é categorizado como sendo anormal não respeitando a diversidade de corpos, gêneros e sexualidades.

Nesse caminho de uma inteligibilidade dicotômica, excludente e hierarquizada, problematizar a heterossexualidade compulsória é importante por ela ser “entendida como uma relação entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (...) [como um efeito de uma prática reguladora” (Butler, 2015, p. 45). Nesse caminho, a heterossexualidade compulsória, e até a cisnormatividade, contribuem para reforçar a ficcionalidade da lógica linear entre sexo-gênero-sexualidade.

O gênero só pode denotar uma unidade de experiência, de sexo e de desejo, quando se entende que o sexo psíquica e/ou cultural do eu — e um desejo — sendo o desejo heterossexual e, portanto, diferenciando-se mediante uma relação de oposição ao outro gênero que ele deseja. A coerência ou a unidade interna de qualquer um dos gêneros, homem e mulher, exigem assim uma heterossexualidade estável e oposicional (Butler, 2015, p. 52).

Butler busca desfazer a ideia de distinção e separação entre sexo/gênero. Para ela, os corpos sempre recebem a marca do gênero. Assim, “todos os corpos são ‘generificados’ desde o começo de sua existência social” (Salih, 2015, p. 89). Portanto, compreendemos o gênero como produção. Assim, de acordo com Butler:

Se é possível falar de um “homem” com um atributo masculino e compreender esse atributo como um traço feliz, mas acidental de um “homem”, também é possível falar de um “homem” com um atributo feminino, qualquer que seja, mas continuar a preservar a integridade do gênero. Porém, se dispensarmos a prioridade de “homem” e “mulher” como substâncias permanentes, não será mais possível subordinar traços dissonantes de gênero como características secundárias ou acidentais de uma ontologia do gênero que permanece fundamentalmente inata. Se a noção de uma substância permanente é uma construção fictícia, produzida pela ordenação compulsória de atributos em sequências de gênero coerentes, então o gênero como substância, a

viabilidade de homem e mulher como substantivos, se vê questionado pelo jogo dissonante de atributos que não se conformam aos modelos sequenciais ou causais de inteligibilidade. (Butler, 2015, p. 55).

Ao questionarmos se um homem pode abrigar tanto atributo feminino e masculino o gênero seria um atributo incerto? Nesse contexto, é importante compreender a performatividade de gênero, pois “o gênero não é substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes [...] seu efeito substantivo é performativamente produzido” (Butler, 2015, p. 56).

3.2 Performatividade

Compreender a teoria da performatividade é importante para compreender os estudos de gênero para Butler, visto contestar os “dualismos problemáticos e sua hierarquia implícita, questionando categorias vinculadas a identidades pré-concebidas” (Raquel, 2016, p. 123).

É com a teoria da performatividade que conseguimos questionar a imposição binária e normativa, por rever as identidades de gênero distante de uma lógica da metafísica da substância. Assim, “[...] não há identidade de gênero por trás da expressão de gênero; essa identidade é performativamente constituída pelas próprias expressões tidas como seus resultados” (Butler, 2015, p. 56).

Vale a pena ressaltar que na expressividade, “[...] “entende-se a ação já dada a ser expressa, enquanto a performatividade é uma ação a ser constituída” (Raquel, 2016, p.125). Essa diferença ajudar a evidenciar que na teoria da performatividade de Butler, o gênero é uma desconstrução de uma essência ou substância da pessoa. A pessoa é interpelada cotidianamente a performatizar as inteligibilidades em relação aos corpos, aos gêneros e às sexualidades. Assim, para Butler “o sujeito constitui-se através de atos — somos o que é feito e refeito através da cultura, que é um processo” (Raquel, 2016, p.125), reforçados diariamente pelos discursos.

Para Butler o gênero é performativo, constituinte da identidade que busca ser ensinado a ser. Neste sentido, “o gênero é sempre um fazer embora não um fazer por um sujeito que se possa dizer que preexista ao feito” (Butler, 2015, p. 25). Assim, o termo “performatividade” leva a uma ideia de representação que segue normas, ou seja, uma interpelação por meios das estruturas sociais sobre os indivíduos.

Performatividade não é, portanto, um ato singular, pois ela é sempre uma reiteração de uma norma ou um conjunto de normas, e na medida em que

adquire um *status* de semelhante ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções da qual é uma repetição. Além disso, esse ato não é primariamente teatral; de fato sua aparente teatralidade é produzida na medida em que a sua historicidade permanece dissimulada (e, inversamente, sua teatralidade ganha uma certa intratabilidade, dada a impossibilidade de uma divulgação completa de sua historicidade). Na teoria dos atos da fala, a performatividade é a prática discursiva que decreta ou produz aquilo que nomeia (Raquel, 2016, p. 125).

Por esta razão, o conceito de performatividade apresenta um papel importante para o conceito de gênero, pois “as identidades de gênero [...] não seriam unívocas; a pessoa seria uma espécie de andrógono, um permanente vir a ser” (Heiborn; Sorj, 2016, p. 89). O modo do pensamento butleriano compreende as identidades de gênero de não serem únicas entre si e tratadas como um efeito e não como uma causa:

Butler argumenta que a identidade é uma sequência de atos [...], mas ela também argumenta que não existe ator (um performer) preexistente que pratica esses atos, que não existe nenhum fazedor por trás do feito. Ela esboça aqui uma definição entre performance (que pressupõe a existência de um sujeito) e performatividade (que não o faz). Isso não significa que não há sujeito, mas que o sujeito não está onde esperaríamos encontrá-lo – isto é, “atrás” ou “antes” de seus feitos (Salih, 2015, p. 65-66).

Salih afirma ainda que “o sujeito de Butler é um ator que simplesmente se põe de pé e ‘encena’ sua identidade num palco metafórico de sua própria escolha” (Salih, 2015, p. 65). Contudo, não temos a opção de escolher o gênero, visto o gênero a ser performado já apresenta na estrutura normativa altamente rígida da performa.

Escolher um gênero significa interpretar as normas existentes de gênero, organizando-as de uma nova maneira. Menos do que um ato radical de criação, o gênero é um projeto tácito para renovar a nossa história cultural segundo nossos próprios termos. Não se trata de uma tarefa prescritiva na qual devemos nos empenhar, mas uma tarefa na qual estamos empenhados desde sempre (Salih, 2015, p. 68).

Assim, compreendemos o conceito de gênero em Butler, pois ele “[...] não é apenas um processo, mas um tipo particular de processo, ‘um conjunto de atos repetidos no interior de um quadro regulatório altamente rígido’” (Salih, 2015, p. 89). O gênero se torna performativo no ser constituído por atos que são repetidos e revividos ao tempo. “Os vários atos de gênero criam a ideia de gênero, e sem esses atos não haveria gênero algum, pois não há nenhuma ‘essência’ que ele expresse ou exteriorize, nem tão pouco um ideal objetivo ao qual aspire” (Butler, 2015, p. 241).

Dessa maneira, para entender sobre gênero é importante não se esquivar da teoria da performatividade, pois nessa teoria, as categorias de gênero e a matriz imposta à sociedade de um binarismo dicotômico (homem/mulher) e da

heterossexualidade compulsória são desestabilizados, problematizados e desconstruídos. O conceito de gênero, apresentado do pensamento butleriano, evidencia o caráter não-substancial do gênero, desmistificando a substancialidade ou essencialidade nas categorias das identidades de gênero, justificando o não ser entendido como algo que é herdado de uma essencialidade do biológico.

4- CISGERIDADE E CISNORMATIVIDADE

Nesse caminho, a cisgeneridade surge como uma norma que marca os corpos das pessoas. Esta ação remete a utilização do prefixo CIS como aquele que é reconhecido pelo mesmo lado e TRANS que remete ao outro lado (Jesus, 2014). A utilização destes prefixos não expressa apenas uma identificação, mas também como o corpo passa pelo processo de qualificação, categorização, pois, quem está do mesmo lado é reconhecido como possível de ser aceito, que são as pessoas denominadas cisgêneras; enquanto quem está do outro lado, é categorizado como anormal, como no caso das pessoas transgêneras.

Portanto, a utilização do prefixo CIS na palavra normatividade vai ganhando sentido por enunciar e marcar as pessoas pelas identidades de gêneros que são reconhecidas como pessoas, como corpos que importam. Assim, ter um corpo aceito pelas normas é identificar seu gênero ao que foi nomeado em seu nascimento ou pelo exame biomédico relacionado ao sexo/corpo supostamente natural (Ferreira, 2015).

As vivências trans são visualizadas no campo da cisnorma como desviantes, patológicas, confusas, irreais por serem não fixas a uma norma estabelecida pela inteligibilidade, dicotomia, e essencialista binária, tida como universal. Para Rodvalho (2017), a cisgeneridade expressa uma necessidade que as pessoas que não assumam esta categoria sejam marcadas com um nome para sua existência.

A cisnormatividade assume a lógica de uma performatividade “normal e “natural”. Sua inteligibilidade é alimentada por discursos que regulam uma linearidade que operam uma nomeação entre uma pessoa alinhada com uma suposta essência versus pessoas categorizadas como desviantes e “anormais” e “não naturais” que estão à margem das normas. Essa categorização envolve a construção de uma matriz denominada de inteligibilidade cisgênera, por ser um conjunto de normas que são regulatórias a um corpo que seja visto como estranho ao projetado, ao instituído como “normal” e “natural” (Stona; Carrion, 2021).

As pessoas que não performam a cisgeneridade são vistas como avesso da normalidade (Bagagali, 2017). E por meio de suas funções institucionalizadas, utilizam intervenções clínicas por meio de manuais nosológicos que silenciam as pessoas e apresentam fundamentações essencialistas, excludentes e autoritárias. A utilização destas ferramentas que classificam e norteiam apresenta entre seus objetivos

localizar e determinar quais características são aceitas no padrão da normalidade, onde os aspectos de identificação, cultura e reconhecimento são negados por não serem congruentes a norma da naturalização que é justificada pela matriz da inteligibilidade que pertence a cisnorma.

Vergueiro (2016) elucida a importância de problematizar a cisnormatividade, por ser uma matriz hierárquica responsável pela produção das diferenças culturais entre pessoas cis e não cis, além de nomear a utilização da binaridade na estrutura normativa dos corpos. A cisnorma categoriza que os corpos são sexuados “normais” quando somente estão nas possibilidades dicotômicas (macho/homem-fêmea/mulher) sendo passíveis de controle.

Assim, estas divisões são espaços compulsórios que neutralizam as pessoas. Essas ações envolvem interpretações sobre os corpos humanos que são passíveis de categorização por meio de verdades que são construídas e determinadas por uma relação entre sexo-gênero, práticas regulatórias cisnormativa e as noções dicotômicas masculinas e femininas produzindo o possível de ser inteligível.

Por meio da permanência em uma linearidade entre corpo-gênero-sexualidade, Vergueiro (2016, p. 66) expõe que supostamente “corpos normais, ideais ou padrão apresentam uma certa coerência fisiológica e psicológica em termos de seus pertencimentos a uma ou outra categoria de sexo biológico”. Vale ressaltar, como demonstrado anteriormente, que o sexo/corpo não é biológico; e a categorização de “sexo biológico” expressa uma normalização em diversas instituições (Estado, família, médica, religiosas e educacionais) que materializam “verdades” e relações de poder que invisibilizam os corpos trans ou os categorizam como abjetos.

Nesse caminho, ao analisar as normas é possível problematizar o “cisgênero”. Este nomeia, direciona, no nascimento, o indivíduo a ser homem ou ser mulher. A cisgeneridade é uma categoria que é determinada pela sociedade e suas instituições marcam privilégios em relação a transgeneridade. Entretanto, essa nomeação pode ser contestada o que proporciona que as pessoas, cis ou trans, tensionem as categorias dicotômicas excludentes e hierarquizadas em seus processos de reconhecimento e de autorreconhecimento, pois, a interpelação nunca acontece em sua totalidade.

A partir do exposto sobre os privilégios que a cisnormatividade impõe para as pessoas CIS, problematizar a binaridade por meio da experiência de pessoas não binárias contribui para desestabilizar e ou denunciar as relações de poder decorrentes dessa suposta ontologia do sexo, do gênero e da sexualidade.

4.1 Educação, Gênero e Não Binaridade

A possibilidade em ser uma pessoa que assume a lógica binária de inteligibilidade foi explicitada na sessão anterior e indica como a cisnormatividade está imbricada nas relações de gênero determinando como as pessoas devem ser aceitas e categorizadas como “normais” e “naturais” enquanto os indivíduos não cis são categorizados como corpos abjetos. Entretanto, vale ressaltar que há indivíduos que excedem essa interpelação binária, ou seja, existem pessoas que rompem com as categorias homem/macho e mulher/fêmea, compreendendo seu corpo como sendo não binário.

O binário é uma forma de apresentar as identidades em dois grupos distintos, homens e mulheres por identificações em um suposto campo biológico e natural do corpo com identidades supostamente essencialistas estabelecidas. Essa compreensão binária é instituída sob a cisnormatividade que estabelece qual identidade de gênero é sancionada e quais comportamentos são permitidos para “machos” e para “fêmeas” e “homem” e para “mulher”.

Nesse caminho, o gênero binário é manifestado nos corpos polarizados no binarismo nas diversas divisões dos saberes, passando a determinar e sancionar o que é ser homem e o que é ser mulher. Aqueles que escapam dessa interpelação são punidos e não são reconhecidos por estarem em grupos socialmente excluídos sofrendo com: preconceitos; falta de oportunidades de emprego, de acesso à saúde e à educação; objetos de violência simbólica, física e psicológica entre outras exclusões.

Essas pessoas não binárias explicitam que rompem com a identificação binária de sexo e gênero posta a elas, desde antes do seu nascimento, por meio da inteligibilidade dicotômica, excludente e hierarquizada com seus genitais do cis-tema⁵.

⁵ A palavra cis-tema é um neologismo criado pela junção do termo CIS que representa cisgeneridade mais sistema, cuja sua representação é denunciar a violência de gênero nos espaços sociais que as pessoas sofrem por serem transgêneras (Monteiro, 2022).

Ressalta-se que essas pessoas por viverem na fronteira, são categorizadas como abjetas, como anteriormente mencionado. Elas atravessam os limites da masculinidade e da feminilidade. Nesse caminho, Louro (2001, p. 542) expõe que:

O grande desafio não é apenas assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e, então, que é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas binários; mas também admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira.

Corroborando com o exposto acima, Reis (2017) apresenta as pessoas não binárias como aquelas que não encontram sentido em ser homem ou mulher, pois, esta norma não é reconhecida por elas, por ter uma identificação que foge dessa inteligibilidade binária. Assim, a dualidade binária não é reconhecida, ou seja, não há sentido de ser um ou outra identidade (homem ou mulher). Essas pessoas não binárias subvertem os comportamentos esperados e sancionados pela cisnormatividade.

Compreender o gênero pela desnaturalização de verdades impostas, possibilita ir além da binaridade e romper com o machismo e o sexismo por meio da diversidade de gênero. Para Reis (2017), pessoas não binárias descaracterizam os papéis e identidades tidos como de homens e de mulheres, por não se reconhecerem nessas categorizações dicotômicas. As pessoas não binárias estão no entre-espacos, no entrelugares, na fronteira desconstruindo e denunciando a ficcionalidade das categorizações dicotômicas e excludentes do corpo, do gênero e da sexualidade. Para essas pessoas não binárias, os genitais (vulva ou pênis) não podem constituir um marcador identitário. O não binarismo reforça a denúncia e a desestabilização da ficcionalidade da lógica linear entre corpo-gênero-sexualidade.

Para Jesus (2012), as pessoas transexuais buscam uma identificação do seu corpo a imagem que tem si por meio do sentir, pensar e afirmar ser. E por meio desta identificação que rompe com o binarismo, atribui em suas vestimentas por uma roupa que sinta representar sua personalidade sem ter a necessidade de julgar pertencer ser característico de qual gênero, como também é notado a utilização de acessórios, maquiagens e pelos pubianos(como exemplo a barba) como características que compõem sua personalidade e que segue a perspectiva da roupa, ou seja sem preocupação de ser julgado pertencer ao quem nomeiam do outro gênero.

Para Balem (2020) as pessoas não binárias estão além das transgressões do imposto pelo social do nascimento, por não concordar com a necessidade em fixar em um polo, ou seja, sem a necessidade em ser homem ou mulher, podendo transitar no que os interliga. Sendo pessoas dissidentes que estão entre ou além das classificações binárias, que rompem com estereótipos e a matriz cisnormativa por não encontrar sentido no estabelecido e escolhendo como sua identidade deve se formar.

A partir do exposto acima sobre a não binaridade, observamos que os estudos de gênero na educação apresentam que há duas tendências no campo educacional: a) uma conservadora, pautada por ideologias da meritocracia, da escola sem partido, do dispositivo ideologia de gênero e do essencialismo que materializam uma lógica cisnormatividade; e b) a outra democrática e plural, inclusiva, que combate a reprodução das desigualdades e reforça o aprendizado e o respeito com a diferença e os direitos humanos. Esta segunda tendência é fundamentada por pesquisas científicas e defendida por pesquisadores na área educacional, como, Miranda (2003), Reis (2018), Goes (2020) e Louro (2020) que em suas pesquisas apresentam a importância dos estudos de gênero no campo da educação.

As pesquisas sobre gênero ainda são desafios por encontrar resistências de setores (neo)conservadores e neoliberais em acolher as diversidades e diferenças. Um dos principais argumentos (neo)conservadores é acusar que tais pesquisas sobre a diversidade de gênero e de sexualidade destruiria as “famílias”. Esse argumento termina naturalizando um modelo de família cisnormativa e silenciando e excluindo outras constituições de famílias que excedem as cisnormativas (Butler 2003; Mello, 2007).

Nesse caminho, instituições como algumas escolas, igrejas, família são visualizadas como resistentes em incluir as referidas temáticas justificadas por um essencialismo e ontologia que naturalizam a binaridade, a cis-heteronormatividade e a inteligibilidade dicotômica e hierarquizada que categorizam o indivíduo em homem e mulher.

Quando as pessoas chegam à escola elas têm seus comportamentos sancionados binariamente para cada gênero. Desde a educação infantil, as brincadeiras, grupos de amizades, atividades escolares e aulas de educação física são direcionadas aos estudantes em uma lógica binária. Quando essas pessoas não

seguem os comportamentos instituídos para cada gênero, elas são excluídas, discriminadas, rejeitadas etc.

Dessa maneira, a cisnormatividade, enquanto um sistema de dominação social dos indivíduos hegemônicos e colonizadores, implica que esta ação não existe apenas na família tradicional, mas também em uma dinâmica totalizante nas individualidades e coletividades, ou seja, em uma inteligibilidade social. Essa dinâmica vai além do sistema trabalhista, midiático e político. Os corpos sociais são interpelados pela cis-heterossexualidade para justificar e dá referência às identidades dos gêneros presentes numa ordem familiar, reprodutiva e social.

Este processo envolve a participação de uma norma para regular a corporeidade, como aponta (Louro,2020, p. 99):

O processo de [cis]heteronormatividade sustenta e justifica instituições e sistemas educacionais, jurídico, de saúde e tantos outros. É a imagem e semelhança dos sujeitos heterossexuais que se constroem e mantêm esses sistemas e instituições- daí que são esses os sujeitos efetivamente qualificados para usufruir de seus serviços e para receber benefícios do Estado. Os outros sujeitos, aqueles que fogem à norma, podem ser, eventualmente, reeducados ou reformados (numa ótica de tolerância e complacência); ou talvez sejam relegados a um segundo plano e devem se contentar com recursos alternativos, inferiores; quando não são simplesmente excluídos, ignorados ou mesmo punidos. A heteronormatividade justifica tais arranjos sociais; justifica conhecimentos, práticas, jogos de saber-poder. Portanto, desconstruir sua lógica, demonstrar a fabricação histórica de tal processo e as manobras constantemente empreendidas para reiterá-lo pode contribuir para desmontá-lo.

A utilização do controle dos corpos no processo da cis-heteronormatividade envolve a participação e necessidade em ter o controle das pessoas que apresentam comportamentos que ameaçam fugir da norma. Por isso, as regulações dos corpos dissidentes envolvem a busca do poder em controlar ou excluir os corpos, os gêneros e as sexualidades dissidentes e desviantes.

Dessa maneira, as construções dos corpos envolvem normas sociais, papéis estabelecidos, identidades e metas a serem alcançadas através de relações de poder, por práticas regulatórias do corpo. O processo de socialização dos indivíduos, pelas diferentes formas de ocuparem espaços sociais pelas fronteiras termina excluindo pessoas que estão no entrelugares, como já mencionado. Nesse caminho, Butler (2019) denuncia que essa inteligibilidade dicotômica necessita que sexo, gênero e desejo sejam compreendidos em uma lógica linear ficcional, como também já exposta.

Nesse caminho, Para Louro (2020), é preciso que exista uma educação que desnaturalize os essencialismos identitários de corpo, gênero e sexualidade. Assim, os estudos *queer* contribuem para desconstruir a ontologia das identidades do sexo, do gênero e da sexualidade.

Os estudos de gênero, sob a perspectiva dos estudos *queer*, são referências para compreender a luta e a garantia de acessos das pessoas não binárias a terem suas vidas reconhecidas como importantes. Dessa forma, sob uma perspectiva de educação que questione a exclusão da não binaridade, a relação entre gênero e sexualidade no campo educacional favorece que corpos ocupem espaços e que não sejam excluídos dessa instituição reforçando que a escola deve ter um caráter plural e democrático (Miskolci, 2020).

Rodrigues e Barretos (2013) apresentam o corpo como um dispositivo⁶ que vai além da entidade física, por envolver o significado subjetivo que este representa para si e para as coletividades. Assim, compreender gênero na escola é entender um corpo de possibilidades que não assume um padrão fixo definitivamente, mas que permite reconhecer as vivências sociais indo além da binaridade de homem e mulher.

A compreensão sobre gênero na escola permite que corpos frequentem este espaço, por entenderem que cidadãos com direitos e poder podem ser um corpo trans(formador) de subjetividades, ou seja, um corpo que pode ser o que ele reconhecer ser. Nesse aspecto, reafirmamos a necessidade de problematizar as diversidades de gênero na educação para promover o aprendizado e respeito pela diferença.

Assim, uma das propostas dos estudos *queer* e da pedagogia *queer* é problematizar a cis-heteronormatividade, denunciar a norma da sexualidade, embasada na cis-heterossexualidade compulsória como uma norma universal (Louro, 2019). Essas práticas contestadoras, no território escolar, possibilitam que corpos não binários possam ser mais presentes materializando a pluralidade da escola.

Nesse caminho, a teoria da performatividade de gênero de Butler, os estudos *queer* e o transfeminismo no campo da educação possibilitam novas pesquisas em

⁶Para Foucault (2005), o dispositivo pode ser representado como uma rede que estabelece conexões de forma heterogênea pelos discursos e instituições que materializam sentidos e realidades sociais interpelando os sujeitos em determinadas ações e subjetividades.

educação por envolver as diversidades de corpo, gênero e sexualidade, dentre essas, as identidades não binárias. Assim, ressaltamos a importância da escola criar espaços que promovam a democracia, inclusão e reconhecimento a partir do respeito aos direitos humanos e as vidas que importam.

5 - TEORIAS DO RECONHECIMENTO

Com a proposta de compreender sobre as pessoas não binárias no espaço da educação, especificamente na pós-graduação, buscamos neste capítulo nos debruçar sobre o reconhecimento e seus desdobramentos nas relações sociais como categoria teórica sob as perspectivas teóricas de Nancy Fraser e Judith Butler.

5.1 Nancy Fraser: Reconhecimento e Redistribuição

Nancy Fraser (2006) apresenta uma perspectiva importante sobre reconhecimento, pois, para a autora, ele envolve lutas que ocorrem de formas desiguais para acessar políticas públicas como: trabalho remunerado, saúde, educação, a uma renda igualitária, perspectiva de vida etc. Assim, observamos a distribuição e o acesso a certos direitos e espaços ocorrem de forma desigual.

Nesse caminho, para Fraser (2006), as lutas por reconhecimento são pautadas por grupos que são vítimas do processo de exclusão pelos seguintes aspectos: nacionalidade, etnia, gênero, sexualidade, raça, entre outras. Vale ressaltar que esses mesmos grupos além do não reconhecimento cultural também sofrem da exclusão econômicas. Dessa forma, para a referida autora, o reconhecimento cultural passa a ser a via de combate às injustiças, tomando um lugar que seria da redistribuição socioeconômica (Fraser, 2006, p. 231). Assim, Fraser vai dizer que só há justiça social quando há reconhecimento cultural e redistribuição econômica, caso só exista um ou outro não há justiça social.

Para Fraser (2006), a injustiça econômica estabelece em uma estrutura econômica-política da sociedade pela exploração, marginalização privação. Como também, a estereótipos culturais que são simbolizados pela presença dos padrões sociais de representação e promovendo a invisibilidade e o silenciamento de certos grupos sociais como as mulheres e os homossexuais.

Para a autora, há duas formas de injustiças, a qual se deve buscar soluções. A primeira delas diz respeito à busca pela reestruturação político-econômica, envolvendo a redistribuição de renda e reorganização do trabalho e a valorização das identidades dos grupos marginalizados, buscando dá valor a diversidade cultural. Essas ações são vistas como possíveis remédios.

A segunda está relacionada às questões de reconhecimento cultural. Nesse caminho, o reconhecimento do respeito às questões culturais é importante para que grupos, geralmente, excluídos como afro-brasileiros, mulheres e homossexuais, e por que não pessoas não binárias, tenham seus direitos e espaços garantidos no reconhecimento da diferença.

Para Fraser (2006), quando ocorre de forma simultânea lutas voltadas para as injustiças culturais e as injustiças econômicas há a promoção da justiça social. Para a autora, “pessoas sujeitas à injustiça cultural e à injustiça econômica necessitam de reconhecimento e redistribuição. Necessitam de ambos para reivindicar e não negar sua especificidade (Fraser, 2006, p. 233)”.

Celi Pinto (2016) sublinha as contribuições de Fraser sobre os caminhos para a justiça social, entretanto, chama a atenção para alguns limites no pensamento da referida autora. Um deles diz respeito que na luta pelo reconhecimento é preciso que os grupos excluídos se autorreconheçam merecedores de direitos e espaços. Sem esse autorreconhecimento, os grupos excluídos, como no nosso caso das pessoas não binárias, não reivindicarão seus direitos e espaços. Um segundo limite no pensamento de Fraser está relacionado a ausência de como essas identidades são engendradas que materializam essas exclusões e relações de poder, como no nosso caso com as pessoas não binárias

Diante do exposto, na próxima sessão, focaremos em como Butler aborda a questão do reconhecimento e da reconhecibilidade.

5.2 Condições de reconhecimento: a reconhecibilidade em Butler

As pessoas dissidentes, no nosso caso as pessoas não binárias, são vítimas de um processo de discriminação social e seu processo de reconhecimento, que não deverá ser observado apenas por aspectos da categoria cultural, mas que envolve uma normativa social. Para Butler (2018), o reconhecimento ou a sua ausência estão relacionados às questões sociais que envolvem questões econômicas e como as questões de corpo, gênero, sexualidade e raça, dentre outros aspectos, que materializa a cisnormatividade como uma construção social hegemônica.

Esta construção não envolve apenas aspectos culturais, mas são produtos de uma lógica econômica e política para construção de uma ordem sexual e identitária

que viabiliza como as pessoas necessitam ser. Para Butler (2018), a vinculação do reprodutivo ao econômico envolve a reprodução da cis-heterossexualidade. Além dessa questão, a autora compreende como é precário as relações humanas que são determinadas às pessoas de uma única forma de inteligibilidade “verdadeira”. Entretanto, Butler afirma que esse processo do que pode ser reconhecido não ocorre de forma fixa, mas compartilhada envolvendo as resistências às desigualdades e às vulnerabilidades (Pacheco, 2018).

Assim, a categoria reconhecimento é compreendida por Butler como precisando das condições de reconhecibilidade. Nesse aspecto, como as questões da violência de gênero em determinados grupos sociais acontecem, pois esse não reconhecimento materializa se houve condições ou não da reconhecibilidade. Assim, as pessoas não binárias da nossa pesquisa podem ser fruto de exclusões e ódios, resultando em violências em decorrência da ausência da reconhecibilidade, uma vez que ainda há uma inteligibilidade cisnormativa hegemônica em nossa sociedade.

Nessa perspectiva, denuncia a inteligibilidade dicotômica, excludentes e hierarquizada sobre as categorias de corpo, gênero e sexualidade, ajuda-nos a compreender as exclusões políticas e econômicas dos corpos e corpos abjetos.

Se considerarmos as espécies de fúria que buscam erradicar o outro, ou seja, aquelas que causam danos físicos e provocam a morte do outro, estaríamos então diante de um tipo altamente afetivo de engajamento que, de modo algum, busca afirmar a existência do outro; antes, procura erradicar a existência do outro. Se aceitarmos a asserção segundo a qual ser afetivamente engajado é afirmar a existência do outro, continuaremos sem meios para realmente explicar a agressão humana (Butler, 2018, p. 142).

Compreendendo esta relação na ética, Butler (2021) problematiza como a relação conhecimento e desconhecimento do outro são pautadas e postas na relação de eliminação. Para autora, o contato social, seria uma prática de criar relações e elaborar uma conduta de reconhecimento por envolver a existência do outro por minhas experiências.

Por sermos seres sociais estamos envolvidos a desejos de ser reconhecido seja de forma consciente ou não, por meio do julgamento da experiência do outro para entendermos quem somos. Este deslocamento interno do *self*, interage com nossos desejos e os construídos pela experiência do outro.

Portanto, a categoria desejo também recorre sobre reconhecimento, visto que Butler (2021) lança mão a uma dimensão da subjetividade humana que é oculta, mas envolve as ações e espaços que são estabelecidos pelos contatos sociais. Este reconhecimento social também envolve as questões que regulamentam as patologizações, criminalizações e luta por justiça social.

Assim, necessitamos compreender como a linguagem e o direito operam nestes espaços, pois Butler (2021) reflete que não basta ser um direito antidiscriminatório para garantir reconhecimento da sexualidade ou da não binaridade, seja pela falta de debates públicos, os significados da pauta, ou até mesmo a linguagem, mas a pauta expressa um grupo dissidente que é produto de uma identidade dicotômica. Ou seja, a compreensão da pauta recai numa inteligibilidade que é cisnormativa ou da cis-heterossexualidade compulsória.

Dessa maneira, na história do movimento LGBTQIAP+, desejos de reconhecimentos pautavam uma luta que sempre batia numa elaboração imposta de ideal de gênero e sexualidade e como a falta de compreensão sobre as reivindicações necessitavam de novas normas para acessar o reconhecimento (Butler, 2021). Mas como criar novas leis sociais para uma população que é excluída socialmente por romper com a conduta estabelecida em relação a não binaridade de gênero?

Butler (2021) reflete sobre as demandas do público LGBTQIAP+ e convida a questionar qual o desejo das pessoas dissidentes que rompem com a matriz heteronormativa da estrutura social. E, assim, envolvermos nesta problematização a categoria de reconhecibilidade que deve ser compreendida como anterior ao reconhecimento.

Pacheco (2018) afirma que, para Butler, esta necessidade por compreender que as pessoas são impostas a estruturas sociais que são normas estabelecidas por critérios de selecionar e situar o reconhecimento que ocorre de forma desigual. Assim, a reconhecibilidade seria "olhar para as condições do reconhecimento, isto é, para a maneira pela qual normas atuam de modo a produzir alguns sujeitos reconhecíveis e outros difíceis de reconhecer" (Pacheco, 2018, p. 215).

Para Butler, o reconhecimento está no quadro social do reconhecimento por padrões reconhecíveis. Mas, como compreender quem tem o direito de ser reconhecível? Para Butler (2021), todas as pessoas estão inseridas em contextos

sociais e em subjetividades específicas. Porém, os contextos não precisariam ser determinantes. Contudo, a autora, reflete sobre o desejo e como ele é moldado pela estrutura social de poder e classificação social. Nessa perspectiva, é preciso ressignificar o lugar de reprodução das práticas sociais e assim esta inteligibilidade social, que elege os padrões de reconhecimento e seus destinos pelos padrões de comportamento de suas identidades, sexualidades, e no nosso caso das pessoas não binárias.

Assim, a autora destaca que inúmeras patologias sociais são existentes neste sistema social e o ter reconhecimento não é suficiente para a reversão de injustiças e para a garantia de equidade. É necessário a discussão de reconhecibilidade para lançar espaços de inclusão que envolvam a construção social e o desejo em outras inteligibilidades.

A seguir, focaremos nos aspectos metodológicos da nossa pesquisa destacando a natureza da pesquisa, a metodologia de análise e técnicas de coleta de dados.

6- ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é uma forma de construir conhecimento que é utilizado no cotidiano, que renova expectativa produzida sobre a realidade, com a finalidade de compreendê-la. Para Gatti (2002), o ato de pesquisar revela compreensões e meios de investigar o conhecimento pouco explorado e apresentar sentidos por meio do percurso metodológico.

Ao fazermos pesquisa, estamos produzindo ciência, por meio do caminho escolhido que melhor responderá a inquietações. Assim, a utilização de critérios de escolha do tipo de pesquisas e interpretação dos dados situados nos contextos, precisam ser planejados no ato investigativo e recordando do movimento e incertezas que possam resultar na resposta ao problema de pesquisa.

Questionar verdades naturalizadas, faz parte do comportamento dos pesquisadores, por ser a ciência um trabalho que não é neutro e compreende que o conhecimento nunca é absoluto e sempre estar em construção. Portanto, Costa (2002) aponta que a pesquisa como uma ciência que não busca verdades fixas, mas um local de incertezas e contingências.

Nesse caminho, Gatti (2002) expressa que a pesquisa em educação envolve as complexidades dos sujeitos e das práticas educativas que são relacionadas ao ato de transformar no campo político e social. O espaço escola, envolve um ambiente representativo da sistematização dos conhecimentos por meio de perspectivas didáticas, pedagógicas, produções de aprendizagens e estimulação do ato de questionar, implicando respostas para problemas de pesquisas, no nosso caso, sobre discentes da pós-graduação como pessoas não binárias.

Deste modo, recorrer à importância da metodologia da pesquisa é identificar o desdobramento do planejado. Sua prática exerce a utilização de métodos, técnicas e um pesquisador com sensibilidade. Por meio da metodologia se justifica a utilização da teoria e prática como caminhos inseparáveis. De acordo com Minayo (2009), a metodologia necessita instrumentos claros, coerentes. Diante dessas considerações, apresentamos os passos do nosso caminho metodológico.

A metodologia compreende os processos subjetivos da realidade social. Para Almeida *et al* (2020, p.4), “a pesquisa qualitativa é uma metodologia cujo foco está no caráter subjetivo do objeto analisado, que não é perceptível em quantificações”. É importante entender como as individualidades compreendem os fenômenos que são

implicados nas vivências educacionais. Além disso, essa abordagem trabalha com o empirismo e a sistematização do conhecimento sobre a realidade para que seja compreendida. Assim, fica-nos evidente que a abordagem qualitativa:

Trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2009, p. 22).

Corroborando com a utilização desta abordagem, Miranda (2003) expressa que abordagem qualitativa contribui para acesso ao conhecimento da vida social. Todavia, é preciso a utilização de agentes que aprofundem teoricamente e metodologicamente a investigação por meio das teorias.

6.1 Análise dos dados

A fase de análise de dados representa uma etapa importante por envolver a compreensão dos dados coletados. Nessa perspectiva, a análise dos dados deve seguir as etapas relacionando a teoria e a metodologia por meio do manejo com o material coletado.

Buscamos atender aos nossos objetivos específicos, optamos por Análise de Conteúdo (AC). Para Bardin, a AC representa:

Conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (1979, p. 42).

Assim, utilizando a Análise de Conteúdo, ocorrerá uma investigação dos fenômenos educacionais no ambiente da pesquisa, ou seja, com estudantes não binários de duas pós-graduações da UFRPE, além de possibilitar a descrição dos comportamentos e significados em relação às pessoas não binárias estudantes da referida pós-graduação. Visto que o objetivo da Análise de Conteúdo é “[...] ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica frente à comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou observação” (Minayo; 2002; p. 203).

Na efetuação da Análise de Conteúdo, utilizamos as técnicas para interpretação dos dados e buscamos a utilização da Análise de Conteúdo Temática, por compreender que sua utilização teve como foco o tema que pode ser representado

por uma palavra, uma frase, um resumo que são chamadas de unidade de registro (Minayo, 2009). Escolhemos utilizar o tema pessoas não binárias na pós-graduação como tema central da nossa pesquisa. Esta escolha ocorreu por ser uma unidade de significação que pode ser compreendido por uma teoria que guiará a interpretação pelos núcleos de sentidos da comunicação, como aponta (Minayo,2009).

Na Análise de Conteúdo Temática, utilizamos perguntas para que envolveram consequências, sentidos e efeitos. Essas ações contribuíram no processo de interferência do nosso estudo. Nesse sentido, Bauer (2002) expressa como a inferência é importante na Análise de Conteúdo pelo contexto focal ao social que ocorre por uma fase intermediária entre descrição e interpretação entre o sintático e o semântico.

Segundo Gomes (2009), a análise temática compreende três etapas: a primeira etapa nomeada de pré-análise; A segunda etapa nomeada de exploração do material; A terceira etapa nomeada de tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

Na primeira etapa pré-análise, houve a busca pelas respostas aos nossos objetivos definindo a unidade de registro, unidade de contexto, trechos significativos e categorias (Gomes, 2009). Na segunda etapa: verificamos os dados da primeira etapa, verificamos as inferências dos núcleos de sentidos, identificamos os diferentes núcleos de sentidos e dialogamos com os núcleos de sentidos (Gomes,2009). Na última etapa, houve a interpretação que ocorreu pela síntese interpretativa por meio de um texto que responda aos pressupostos da pesquisa.

Considerando as estruturas acima para AC em que as utilizamos para alcançar os nossos objetivos específicos: Identificar, a partir da visão das pessoas não binárias pós-graduandas os desafios enfrentados em seu PPG; Elencar as estratégias utilizadas pelas pessoas pós-graduandas para ultrapassar uma inteligibilidade binária; mapear nos PPGs os procedimentos que reforcem e ou subvertem a lógica binária;

Nesse caminho metodológico, nossos dados foram gerados por meio de entrevistas semiestruturadas individuais. O uso da entrevista foi um instrumento de coleta de dado que proporcionou informações subjetivas do nosso objetivo da investigação (Oliveira, 2016). O motivo da escolha da entrevista semiestruturada foi possibilitar o (re)posicionamento das questões sem se prender apenas a alternativas descritas e estimular a vivência das pessoas não binárias no campo da referida pós-graduação.

Retomando a estrutura da Análise de Conteúdo Temática, ela ocorreu pela utilização das respostas das entrevistas semiestruturadas através das unidades de registro, das palavras identificadoras dos núcleos de sentidos das unidades dos contextos das pessoas não binárias estudantes utilizando como categorias analíticas o nosso referencial teórico sobre corpo, gênero e sexualidade e a questão da não binariedade. Logo em seguida, realizamos a elaboração da síntese interpretativa.

6.2 Delimitação do campo de pesquisa e pessoas da pesquisa

O campo de investigação de nossa pesquisa desenvolveu uma relação científica de produção de conhecimento entre o pesquisador e as três pessoas não binárias, estudantes dois programas de mestrado da Universidade Federal Rural de Pernambuco que está localizada na região metropolitana da cidade do Recife, no Bairro Dois Irmãos da capital pernambucana. O motivo da escolha da referida universidade ocorreu pelo encontro com as pessoas não binárias, foco da pesquisa. No momento da pesquisa, tanto na UFPE e como na UPE, não conseguimos localizar estudantes não binários. Enquanto que na UFRPE, já conhecíamos uma pessoa não binária e com sua ajuda, conseguimos encontrar as demais pessoas da pesquisa, por meio da técnica de bola de neve em redes de referência.

6.3 Ética na pesquisa em educação

O ato de planejar uma pesquisa requer uma conduta ética como princípios norteadores. Os parâmetros de uma conduta ética na pesquisa em educação estão entre normas e compromisso em um posicionamento em diversidade epistemológica e metodológica (Amorim *et al*, 2019). Este posicionamento político envolve em garantir engajamento nos debates em educação que sejam autônomos ou independentes da área da saúde, por ser um movimento que tem especificidade da área.

A ética na pesquisa contém uma aplicação de questões sociais relacionada à vida, por meio de especificidade em investigar o contexto, por meio de decisões que compreende o planejamento estabelecido sem negar os direitos humanos no campo.

Segundo Mainardes e Cury (2019, p.42), os princípios gerais que orientam as pesquisas em Educação são estes:

- a) Todas as pesquisas que envolvam seres humanos devem ter como

princípio fundante a dignidade da pessoa humana. Isso implica no respeito aos participantes, consentimento, avaliação cuidadosa de potenciais riscos aos participantes, compromisso com o benefício individual, social e coletivo das pesquisas;

- b) Respeito aos direitos humanos e à autonomia da vontade;
- c) Emprego de padrões elevados de pesquisa, integridade, honestidade, transparência e verdade;
- d) Defesa dos valores democráticos, da justiça e da equidade; e
- e) Responsabilidade social.

Por meio destas orientações, a nossa pesquisa em educação teve uma preocupação com os aspectos éticos desde o planejamento até o resultado. Neste processo foi importante compreender a construção do campo que envolveu espaços históricos, culturais e sociais. Na pesquisa em um país que teve seu processo colonizado e implicado historicamente por instituições de poder, pesquisa em gênero, sexualidade e educação, como a nossa, foram e são atravessadas por questionamentos de um olhar “naturalista” e binário na garantia dos direitos humanos. Portanto, os cuidados éticos envolveram ter conhecimento de como agir com as pessoas participantes com uso de uma linguagem acessível, inclusiva aos objetivos propostos respeitando suas integridades e por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com as pessoas discentes na pesquisa/campo de pesquisa.

Assim, as pessoas protagonistas da pesquisa necessitaram de um tratamento cuidadoso relacionada a uma comunicação não violenta, considerando os efeitos da interlocução que são ímpares na coleta dos dados. A ética que compreendeu a pesquisa norteou a preocupação com subjetividade no campo que envolveu os aspectos emocionais, cognitivos, exposição de histórias silenciadas, constrangimentos, ou seja, a linguagem verbal e ou não verbal para não levar prejuízos ao nosso campo de pesquisa (Gatti, 2002).

Nesse contexto, as pessoas não binárias precisaram ser asseguradas que não seriam expostas a situações de violências em todo processo da pesquisa, sejam na investigação, nos resultados de análises e divulgações científicas de caráter social. Portanto, as relações entre pesquisador e as pessoas da pesquisa foi caracterizada por uma relação de empatia e objetividade para não ferir as subjetividades que estão neste campo e por tratar de posicionamentos de corpos políticos não binários.

7- REFLETINDO SOBRE PESSOAS NÃO BINÁRIAS NA PÓS-GRADUAÇÃO: desafios, estratégias e procedimentos para o reconhecimento

A investigação empírica é considerada uma parte fundamental de nossa pesquisa e por meio dela buscamos escutar o lugar de fala e protagonismo das pessoas não binárias em duas pós-graduações da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Um Programa de Pós-Graduação (PPG) nível mestrado acadêmico na Universidade pública discorre de discussões de um grupo de professores que são pessoas pesquisadoras que buscam observar a demanda social e preocupadas em facilitar uma formação qualificada desenvolvendo pesquisas e investigações, acerca de fenômenos dos objetivos de cada PPG, após avaliação de Conselho Técnico-Científico (CTC) da CAPES.

A criação dos dois Programas de mestrado do nosso campo de pesquisa, apresentam o crescimento de diversas pesquisas para comunidade acadêmica, possibilitando às pessoas pesquisadoras avanço de investigações nos objetos propostos e profissionais que utilizam a teoria e prática no mercado de trabalho proporcionando o surgimento de novas discussões nas áreas de linguagem e educação, promovendo a prática da pessoa cientista.

Os dois programas de pós-graduação são vinculados a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), localizada na cidade de Recife-PE e apresentam em comum a busca pela qualificação das pessoas que terminam sua graduação e desejam especializar em uma formação de duração de aproximadamente dois anos por meio de disciplinas, grupos de pesquisa e projetos de extensão, produções científicas, orientações, pesquisa e compartilhando a dissertação com a comunidade acadêmica da dissertação.

Para o processo de localização e seleção das pessoas participantes foi utilizado a técnica da *snowball* (Bola de Neve), que para Baldin e Munhoz (2011) é uma amostra usada em que um indivíduo que participa indica novas pessoas e assim sucessivamente até concretizar o objetivo da pesquisa. Utilizando este caminho na pesquisa, encontramos 5 pessoas não binárias matriculadas em dois programas de mestrado da referida universidade nos eixos Estudos da Linguagem e Educação. Porém, efetivamente apenas conseguimos a participação de três pessoas não binárias pelas razões que expoliremos abaixo.

É importante destacarmos que, a participação das pessoas foi oficializada por meio de um convite informando o objetivo da pesquisa e os desejos pretendidos com a pesquisa; fornecemos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCL) para cada membro para que pudesse analisá-lo aceitar participar da nossa pesquisa.

Além de existirem poucas pessoas não binárias nas Pós-graduações, infelizmente, tivemos algumas dificuldades no nosso campo de pesquisa, pois algumas pessoas se recusaram a participar alegando problemas pessoais e outra não explicitou os motivos. Diante dessa situação, da pandemia da Covid-19 e do nosso tempo para concluir a pesquisa do mestrado, realizamos o nosso estudo com as três pessoas pesquisadas.

Ao localizarmos as pessoas participantes, foi utilizado a técnica de Bola de Neve, ou seja, uma pessoa, nos indicava a outra. A aproximação aconteceu por meio de ligação telefônica convidando as pessoas para realizarem uma entrevista semiestruturada como coleta de dados. Ressaltamos o compromisso ético que assumíamos com cada uma que aceitava participar e apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCL).

Quadro 2– Identificação das pessoas da pesquisa.

NOME	IDADE	GRADUAÇÃO	COR	RELIGIÃO	SEMESTRE NO PPG – CURSO MESTRADO
Braynna	30 anos	Letras	Branca	Não tem	Último
Amun-há	26	Letras	Branca	Candomblé	Último
Fênix	26	Pedagogia	Branca	Candomblé	Último

Fonte: O Autor (2023).

As pessoas entrevistadas da pesquisa apresentam estes perfis. Vale ressaltar que os nomes de Braynna⁷, Amun-há⁸ e Fênix⁹, tiveram a finalidade de preservar as identidades. Esses nomes foram escolhidos para homenagear pessoas que lutam pelos direitos humanos e que são dissidentes por serem LGBTQIAP+.

As entrevistas duraram em média uma hora e trinta minutos. Foram, aproximadamente, 5 horas de entrevistas e aconteceram no primeiro trimestre de 2023. Entre elas, uma foi gravada, a partir da autorização das pessoas da pesquisa. Nas demais, realizamos a escuta nos era dito e escrevíamos tudo com bastante atenção, para mantermos a fidedignidade das informações, visto que duas pessoas não autorizaram a gravação. Além disso, em vários momentos, foi preciso retornarmos para completarmos as informações que eram importantes para a pesquisa. Ressaltamos o uso de conversas complementares que aconteceram por meio de ligações telefônicas ou mensagens via *WhatsApp* com o intuito de sanar algumas dúvidas uma vez que não pudemos gravar todas as entrevistas.

O material coletado passou pela análise de organização da coleta de dados, buscando responder aos objetivos da nossa pesquisa. A primeira coleta dos dados aconteceu a partir das entrevistas semiestruturadas e conversas informais com as pessoas mestradas não binárias. O primeiro passo na coleta, foi traçar um perfil pessoal para analisar utilizando nomes fictícios para preservar a identidade. Buscamos expor de forma fidedigna, as informações e posicionamentos de cada pessoa da pesquisa.

Foi possível observar elementos comuns em suas falas que nos ajudou a codificá-las e organizá-las, fazendo recortes das unidades de registros a partir de temas e acontecimentos em suas unidades de contextos sob a perspectiva da Análise de Conteúdo (AC). Na última fase, o tratamento dos resultados e interpretação, foi realizado por meio das inferências das falas colhidas por cada pessoa que participou, a partir dos sentidos produzidos nas verbalizações.

⁷ Bryanna Nasck é uma pessoa Não Binária que trabalha no You Tube e milita pelos Direitos LGBTQIAP+.

⁸ Amun-há é a primeira pessoa não binária cantante de brega da cidade do Recife-PE.

⁹ Fênix é a 1ª Pessoa Não Binária do Estado de Alagoas a conseguir que sua identidade de gênero fosse reconhecida na certidão de nascimento.

7.1 - Encontrando pessoas não binárias na pós-graduação: limites e desafios

Cada participante da pesquisa possui sua história, seus processos de interpelação e as possibilidades de dissidências diante das categorizações identitárias de corpo, gênero e sexualidade em problematizar uma lógica dicotômica e cisnormativa. Nesse caminho, ter tido acesso aos processos de identidades e diferenças por meio das falas das três pessoas que participaram do nosso estudo trouxe a possibilidade de análise entre uma (re)produção e ruptura em relação as categorizações binárias, excludentes e hierarquizadas. Ter acesso a esses processos entre identificação e diferença contribuiu para entender as possibilidades reconhecibilidade e reconhecimento de uma pessoa não binária nas referidas pós-graduações.

Nas entrevistas, percebemos algo em comum: o autorreconhecimento em romper com a lógica dicotômica como única possibilidade de se reconhecerem como pessoa. Contudo, isso foi confrontado com as estruturas hegemônicas, cisnormativa e compulsórias sobre os corpos dissidentes causando pontos de tensões entre a OS processos de reconhecibilidade e o reconhecimento e não reconhecimento (Butler, 2019; 2003a). Assim, como anteriormente dito, a primeira entrevista foi com Braynna. Levando em consideração formas de inclusão e reconhecimento, perguntamos que pronome deveríamos reconhecer sua identidade para realizar a coleta de dados. Tivemos o seguinte relato:

A forma como as pessoas se refere a mim e como eu gosto também de ser tratado é atender por todos os pronomes, tantas formas masculinas, quanto femininas, quanto os pronomes neutros. Socialmente por eu ter uma construção imagética que ainda é absorvida dentro da masculinidade as pessoas socialmente, aquelas sobretudo não têm intimidade, tratam no masculino. Então, no chão, como espaços de trabalho, espaço acadêmico com exceção das pessoas que são muito mais próximas a mim, todas me tratam no masculino devido à minha performatividade, a minha estética. Já entre amigos, pessoas mais íntimas, é eu sou reconhecido ou reconhecida por pronomes femininos ou de gênero neutro com os quais eu também me identifico e com os quais eu também me construo (Brayanna, 30 anos)

Por meio da fala da pessoa entrevistada, conseguimos construir o processo de compreensão em ser não binário, visto ser uma autodeclaração e um auto reconhecer por meio do conhecimento que tem de si e das categorias sociais binárias ou não binárias. A partir da fala da pessoa entrevistada, a identidade não binária não limita o gênero em escolher qual pronome melhor representa, mas envolve a pessoa e escolher aquele ou aqueles que melhor representam sua performatividade.

Como no caso de Brayanna, quando está distante dos amigos sua imagem de masculina é direcionada pelos estereótipos, ou seja, pelos processos de inteligibilidades sociais dicotômicos. Vale ressaltar que essa categorização masculina não afeta, visto que reconheceu, havia alguns mascadores corporais reconhecidos como binários masculinos. Contudo, a sua não binaridade era pronunciada com suas amigas, o que também nos remeteu a compreender que a reconhecibilidade, neste espaço envolve maior probabilidade de expressão por compreender que os corpos *queer* podem ser categorizados como humanos.

Pensando neste espaço de compreensão dos corpos, na entrevista, questionamos como estava a experiência de cursar mestrado em uma universidade pública diante de possíveis desafios que pudessem ocorrer. A pessoa Brayanna respondeu:

Foi sempre uma meta de vida concluir um percurso acadêmico, fazer uma graduação, fazer um mestrado e fazer um doutorado. E fazer um mestrado no ensino público é a concretização desses objetivos que um dia tracei. Não me sinto a pessoa mais feliz do mundo. À medida que a gente vai crescendo, vai se descobrindo de outras maneiras ainda que estejamos alcançando objetivos previamente estabelecidos. A gente descobre que a vida tem mais possibilidades, tem mais modos de ser e de fazer de acontece, então, tem que cumprir um objetivo, mas não me sinto pleno, não me sinto 100% realizado, uma vez que a ciência no Brasil tem sido cada vez mais marginalizada, mais dificultada, isso ainda que na condição de bolsista. Ainda que tendo esse privilégio dentro da ciência, eu não me sinto uma pessoa realizada fazendo mestrado hoje. O mestrado se tornou a mera obtenção de título a alcançar um patamar de trabalho, e também a concretização de um objetivo a fazer jus ao que eu estabeleci para mim. Mas é isso! Eu me sinto cumprindo uma meta para um outro, uma outra possibilidade de vida. É assim que sinto fazendo um curso na instituição pública (Brayanna, 30 anos).

Em sua fala, ela relata como desafio a marginalização da ciência, como observamos no período de 2019 a 2022. Os cortes nos orçamentos das universidades públicas, entre eles os das bolsas de pós-graduação, mesmo que a referida pessoa, participante da nossa pesquisa, ter a bolsa, mas se sentia desmotivada pelo fato de ser uma pessoa pesquisadora do Brasil e ser desvalorizada e por seguinte muitas pessoas não conseguem ter acesso a bolsa.

A partir das verbalizações acima, buscamos a segunda pessoa que foi entrevistada para que pudesse expressar a experiência que teve ao estudar na universidade pública, durante o seu mestrado:

A experiência é diferente, falam para gente que é difícil, não achei, acho que é mais quando a pessoa não gosta de estudar, porém são bastantes desafios. Entre eles: a cobrança de ser excelente no que pesquisa; buscar organizar

os horários diante do calendário e das poucas bolsas disponíveis. Fiz todas disciplinas de forma remota, mas gostei muito, pena que tive pouco contato com a turma (Amun-há, 26 anos).

Quando comparamos Braynna e Amun-há, observamos como desafio os cortes das bolsas de incentivo a fazer ciência no Brasil. Recai-mos a um fator bem importante nas falas, a necessidade do cursar uma pós-graduação com bolsa de pesquisa, diante da necessidade entrar na pós-graduação e de se manter na referida pós-graduação. Nesse caminho a bolsa de estudo contribui para que estudantes consigam se dedicar às exigências de um estudo de mestrado.

Além das dificuldades comuns a discentes de pós-graduação, esses corpos dissidentes não binários, no campus universitário, tiveram como desafios os a ausência de documentos e formulários que respeitassem a não binaridade desse público específico, “como nos formulários do PPG que apareciam as opções ‘feminino ou masculino’, o que desconsideram pessoas não binárias” (Amun-há, 26 anos).

Esses documentos, no ambiente universitário, quando utilizaram apenas a dicotomia feminino e masculino, excluíram as pessoas que não identificavam com apenas estas duas possibilidades. Assim, os referidos documentos, reafirmando a binaridade, terminaram excluindo os corpos dissidentes que não se encaixavam na categorização ficcional dicotômica de macho-fêmea e homem-mulher. Ressaltamos que por causa da inteligibilidade binária exclusiva, as pessoas não binárias não são reconhecidas quando excedem ao que seria ficcionalmente masculino ou feminino (Reis, 2017).

Na academia, o não reconhecimento das pessoas não binárias não aconteceu apenas por parte dos documentos e as categorizações dicotômicas excludentes entre “masculino” ou “feminino”. dantes. O corpo docente também teve dificuldade em compreender e respeitar os corpos dissidentes não binários, como nos informou Amun-há:

Uma professora do PPG, errou meus pronomes durante todos os períodos e no final das aulas disse precisar de tempo para entender melhor e respeitar os meus pronomes. Detalhe, [ela] o fez rindo e em tom de piada (Amun-há, 26 anos).

Quando percebemos que a professora da pessoa mestranda não buscou respeitar sua identidade não binária e continuou negando aquele corpo no espaço acadêmico. A solicitação do reconhecimento durante os espaços acadêmicos recorre

ao que Butler (2019) vai nomear de condições de reconhecimento. Sem condições de reconhecimento, ou seja, sem reconhecibilidade, não há possibilidade de reconhecimento.

Outro desafio encontrado foi referente às cotas na universidade. Há cotas para ingresso de pessoas transgêneros e travestis e isso representa uma conquista uma vez que a exclusão, a violência sofrida, a expectativa de vida e reconhecimento dessas pessoas trans e travestis são alarmantes (Raimundo *et al*, 2021). Entretanto, as pessoas não binárias continuam apartadas de políticas afirmativas pelas dificuldades de serem reconhecidas para além das categorias identitárias binárias. Foi nesse caminho que Brayna explicitou seu ponto de vista:

Eu acredito que momentaneamente não há nenhum investimento que possa efetivamente ser colocado em prática. Só há cotas para o ingresso das pessoas não binárias (...) que se identifiquem como pessoas não binárias transgêneras ou travestis não binárias ou pessoas transexuais não binárias. [Ao] se identificarem assim, elas podem entrar [na universidade] a partir do programa de cotas. Mas, fora isso, não identifico nenhuma, nenhum investimento aqui no sentido de político financeiro [...] pra que isso aconteça. [Nem] um investimento teórico, um investimento social. Poderia ter mais rodas de conversas, mais rodas de debate, participação pública, dentro das conversas da universidade. Boa pedagogia mesmo, pedagogia interventiva dentro do Programa quanto na sociedade a partir do Programa [Pós-Graduação], talvez este tipo de investimento racional, teórico, científico pudesse existir mais (Brayna, 30 Anos).

Nesta fala, Brayna relata pontos bem importantes nos desafios enfrentados por pessoas não binárias na universidade. Entre eles estão: as cotas de ingresso e a quem se destinam; a necessidade de mais espaços de discussão teórica para debater e elaborar construções de conhecimento o que ajudaria as pessoas a conhecerem sobre as identidades de gênero que excedem as binaridades e facilitariam o acesso de pessoas dissidentes no campus acadêmico.

Dessa maneira, nas falas acima, ficou evidente a ausência de reconhecimento das pessoas não binárias na universidade, materializadas nos formulários, na dificuldade de docentes tratarem a pessoa como ela prefere ser denominada e pela falta de políticas afirmativas de ingresso e permanência para as pessoas não binárias.

Diante desse contexto, buscamos compreender se houve estratégias utilizadas pelas pessoas não binárias para enfrentar uma estrutura excludente e dicotômica em relação as categorizações identitárias de corpo e gênero. Nesse caminho, as falas abaixo retratam as dificuldades e algumas situações que promoveram certa inclusão e reconhecimento no cotidiano da universidade:

Não vejo estratégias bem elaboradas, só alguns professores e estudantes utilizam a linguagem não binária, como também e-mails institucionais tudo ainda como algo muito inicial (Fênix, 26 Anos).”

Há um pouco mais de 1 ano eu não estou dentro das atividades diárias e cotidianas do PPG até o momento em que eu estive não existe nenhum esforço para incentivar debates ou inclusão de pessoas não binárias na Pós-Graduação. Isso não julgo como bom ou ruim. Necessariamente, é só um atestado de que não existe esse esforço. Não sei se um dia passará a existir. O PPG tem se identificado e tem se destacado como um Programa em que muitas pessoas estudam sobre a não binaridade. Entrei no Programa com um projeto de não binaridade, existe um professor do Programa que trabalha com a não binaridade, existe alguns outros alunos que tem essa temática no seu escopo de pesquisa, mas isso não é uma promoção do Programa, acaba que [ele] está se transformando nesse tipo de referência [para] as pessoas recorrem a ele para discutir o assunto. Mas, isso não é algo que vem da organização da Pós-Graduação (Braynna, 30 anos).

As falas acima deixou evidente que as ações são individuais e de pouca envergadura institucional. Nesse aspecto, um caminho bem relevante seriam discussões nos espaços acadêmicos, principalmente da Pós-Graduação. Essas ações poderiam ser entendidas como reconhecibilidade, como condições de reconhecimento (Butler, 2009). Assim, as pessoas não binárias se sentiriam reconhecidas proporcionando novas compreensões no que diz respeito ao a valorização e aprendizado com as diferenças (Silva; Miranda; Santos, 2020; Miranda, 2021).

7.2 Estratégias das pessoas pós-graduandas para ultrapassar uma inteligibilidade binária

Ao longo da nossa pesquisa nos voltamos às pessoas não binárias na Pós-Graduação denunciando como a cisnormatividade busca implantar nos espaços sociais a inteligibilidade exclusivamente binária. Assim, diante de estruturas excludentes e do não reconhecimento, sublinhamos, a partir das experiências vividas pelas pessoas não binárias mestrandas, as estratégias utilizadas para ultrapassar os preconceitos e as exclusões e buscar reconhecimento.

Nesse caminho das possíveis estratégias e possibilidades de pedagogias não binárias na interação das pessoas não binárias com outras pessoas binárias, a maneira como eram abordadas e ou tratadas na utilização de termos masculinos, femininos ou neutro. Um momento importante diz respeito as categorizações das suas identidades de gênero (feminino, masculino ou neutro) por meio das perguntas

realizadas pelas pessoas com quem nossas pessoas não binárias se relacionam na universidade: e por elas mesmas:

A minha identidade de gênero é uma auto percepção. Eu me declaro como um viado ou uma viada, a partir do que eu fui descobrindo sobre mim mesmo e também assumindo um lugar simulacro discursivo a partir do que as pessoas diziam sobre mim. Então, é a partir do lugar da viadagem que eu me construo, é que eu entendo. E, a partir daí, eu me coloco enquanto uma pessoa não binária. Então, eu me identifico como um viado não binário ou uma viada não binária. De modo que não é apenas um ser, mas é o que eu faço também socialmente para me colocar nesse lugar (Braynna, 30 Anos).

Como eu não tive uma experiência pessoal com os colegas e minhas colegas de curso, com professores e professoras. Toda minha pós-graduação foi de maneira remota. No primeiro ano do mestrado, eu consegui [fazer] já todas as disciplinas. Então, há mais de 1 ano não tenho contato com as pessoas do meu Programa, sem ser a orientadora e colegas e amigos e amigas mais próximas. Então, eu não tinha muita intervenção sobre o meu gênero. As perguntas surgiram a partir do momento em que eu me dizia uma pessoa que não estava em conformidade com aquilo que as outras pessoas viam. Enquanto a minha estética denuncia o meu lugar dentro da masculinidade e a minha fala me levava pra outro lugar. Um lugar de viadagem, um lugar do não fazer binário e de um reconhecimento enquanto viado. Não viado em sobretudo não viado como uma afirmação da sexualidade. Mas, viado como uma afirmação do gênero configuração do ser na vida. É quanto ao fazer não binário [que] vi nada misturando isso com uma sexualidade pansexual nessas interseções. A partir do momento que eu falava sobre essas minhas interseções que surgiram perguntas no sentido de compreender melhor. Dificilmente as pessoas me perguntavam sobre [que] pronome poderia me tratar. Tem alguma forma de surgir voluntariamente tratamento pelo masculino, pelo feminino ou pelo neutro. Então, assim eu não tenho recordação de nenhuma pergunta específica sobre quem eu sou; o que eu faço do ponto de vista do gênero, mas lembro de modo geral, de perguntas (...) tentando compreender: O que é isso? Porque disso? É como é que isso acontece? Qual é a diferença entre essas coisas? Perguntas mais nesse sentido (Braynna, 30 anos).

É uma pergunta tranquila, mas complexa, visto ser algo que tenho descobrido aos poucos comigo e com as pessoas. Mas busco não importar quando sou chamada no feminino e no masculino. Tenho buscado utilizar pronomes e palavras mais neutras, porém não é algo que tenho muita preocupação. Vejo a minha não binaridade como uma pessoa de possibilidades e encontros. Só não aceito violências. Meus amigos buscam utilizar os pronomes femininos ou neutros com mais pontualidade, já em casa, só masculinos (Fênix, 26 Anos).

Vale ressaltar que a pandemia da COVID-19 dificultou a interação social entre as pessoas. Entretanto, não anulou totalmente as relações sociais que foram maiores após a diminuição da pandemia.

As perguntas sobre gênero são frequentes, principalmente quando rompem com a matriz cisnormativa binária. Nesse contexto, as interações das pessoas não binárias com pessoas binárias parecem contribuir para um aprendizado que valorize e respeite as diferenças. Assim, Braynna retrata um ponto bem relevante, quando fala

“é o que eu faço também socialmente para me colocar nesse lugar”, ou seja, como ela reconhece sua não binaridade e como este espaço para ela é importante de reconhecimento ao mesmo tempo que possibilita condições novas categorizações com outras pessoas.

Entretanto, Amun-há também nos relatou algumas perguntas como: “você é menino ou menina? Qual seu nome de verdade? Você pensa em fazer cirurgia?” (Amun-há, 26 Anos). Estas perguntas materializam como a inteligibilidade binária interpelou os indivíduos tornando-os sujeitos, pois, a lógica binária está presente nas pessoas e ela vai “normalizando” os corpos em busca de uma inteligibilidade dicotômica excludente e hierarquizada (Padilha; Palma, 2017; Butler, 2019; Medeiros, 2019; Miranda, 2021).

Focamos sobre as estratégias utilizadas para ser reconhecidas como pessoas não binárias na universidade. Amun-há nos revelou que buscava “utilizar meus pronomes ela/dela, apresentar-me como uma pessoa não binária e reivindicar quando sou desrespeitada”. A busca por ser reconhecida como não binária e ser tratada como é solicitada é um ponto bem importante na fala da Amun-há, pois remete a pensar como as pessoas precisam compreender e aprender que as identidades de gênero não devem categorizadas binariamente nem dicotomicamente como masculino ou feminino. Deve se aprender a multiplicidade das categorias e a possibilidades de outras existências (Butler, 2019; Medeiros, 2019).

Nessa luta pelo reconhecimento e pelo valorização e aprendizado com as diferenças, Amun-há nos relatou que sofreu violência, como já mencionado, quando sua professora não respeitava a maneira como Amun-há gostaria de ser tratada. Amun-há afirma a importância de chamar atenção e rebater mesmo não tendo denunciado ao PPG por questões particulares não mencionadas, ela releva o constrangimento e a necessidade de sempre corrigir a maneira como gostaria de ser tratada nas aulas, mesmo com a professora respondendo com deboche em tom jocoso.

As falas acima não buscam serem reconhecidas no masculino ou feminino, mas na possibilidade de existirem como foi explicitado em outros estudos anteriormente mencionados aqui (Castro; Goularth, 2017; Reis, 2017; Stona; Carrion, 2021). Dessa maneira, em relação às estratégias para romper a inteligibilidade binária, percebemos o quanto a violência, falta de conhecimento e da cisnormatividade nos ter interpelado

colocam as pessoas buscando caminhos para reforçar o caráter plural e democrático da universidade.

7.3 Universidade como espaço que reforça ou subverte a lógica binária: experiências das pessoas não binárias

Reforçando a ideia que a Universidade pública é um espaço em que a diversidade precisa estar presente, denunciaremos alguns pontos que dificultam seu caráter plural e democrático, como: nos últimos anos, os cortes orçamentários; a pandemia da COVID-19; a falta de mais investimentos em políticas educacionais e mais incentivos de grupo de pesquisa e de projetos de extensão com as temáticas de gênero e sexualidade, além da interpelação por uma inteligibilidade cisnormativa, binária, dicotômica em que todas as pessoas foram e são socializadas.

A partir do contexto acima mencionado, buscamos entender como, na universidade, as pessoas não binárias subvertem esta inteligibilidade binária. Assim, as falas a seguir explicitaram o cotidiano da universidade, o reconhecimento da não binaridade e em quais espaços esse reconhecimento foi mais desafiador:

[Os] espaços mais fáceis de viver uma não binaridade são nas relações cotidianas do Programa Pós-Graduação, na sala de aula, na relação com professoras, professores, orientadores, orientadoras, com colegas, amigos pessoas mais próximas. E a dificuldade vem pela institucionalização. (...) não existe, não existe nenhum recurso institucional para identificar pessoas não binárias. Eu digo isso, assim, num preenchimento de um formulário, por exemplo, pra identificação de um gênero não binário dentro da não binaridade. É uma limitação ainda que [haja] (...) possibilidades para acontecer de forma positiva, (...) muitos estudantes e muitas estudantes já têm utilizado esse recurso de linguagem [não binária] em suas dissertações, trabalhos artigos. [Entretanto] ainda que existe essa possibilidade de usar, institucionalmente ainda existe um entrave para este uso, uma agenda oculta, ou um silêncio, um silêncio violento sobre isso, ou ainda uma repressão mesmo para [que] este tipo de recurso [da linguagem não binária] não seja utilizado. (...) eu encontro o fortalecimento nas minhas relações. Então, são nesses espaços que eu encontro mais conforto, mais possibilidade, mais segurança em ser e fazer a normalidade (Braynna, 30 Anos).

Percebo mais dificuldade quando necessito preencher algum documento na universidade que aparece masculino ou feminino e acolhimento com meus amigos e amigas que sabem da minha identidade e recorrem a buscar que eu seja não binária neste lugar (Fênix, 26 Anos).

Busco estreitar relações com pessoas trans da UFRPE e com pessoas cujas atitudes são anti-transfóbicas (Amun-há, 26 Anos).

A partir das falas, percebemos que o reconhecimento das pessoas não binárias ocorre passo a passo nas relações com amigos, professores, orientadores.

Percebemos o ciclo de amizades como um espaço importante na universidade para buscar de segurança e aproximação pelos interesses em comum. Essa situação revela a importância de uma educação não violenta, não binária que priorize o respeito e aprendizado com a diferença. Essa educação sendo contínua pode promover reconhecimento da diferença e, conseqüentemente, espaços de inclusão social.

Outra estratégia que veio fortalecendo esse reconhecimento foi o crescimento de uso da linguagem não binária na comunidade acadêmica, em suas produções e espaços comunicações diárias. Essa possibilidade, aceitação e reconhecimento do uso da linguagem não binária materializa um ganho bem impactante no espaço da instituição educacional, inclusive como práticas pedagógicas não binárias

Ainda sobre os espaços que lutam para reconhecimentos das pessoas *Queer*, buscamos refletir a presença de grupos de pesquisa e de projetos de extensão na universidade sobre pessoas não binárias.

É até onde eu participei, existia um NUQUEER como um programa de extensão da universidade [que] trabalhava com questões de gênero e questões *queer*. Dentro das discussões, a possibilidade de se falar em se viver uma não binaridade, de se fazer cientificamente a não binaridade. Não sei se esse grupo ainda está ativo ou de se continua produzindo conhecimento sobre o assunto, mas até onde eu sei tem o NUQUEER. (Braynna, 30 Anos).

A utilização de grupos de pesquisa e extensão universitária são importantes caminhos para promoção da discussão de estudos de gênero e sexualidade, como também contribui para as pessoas a terem acesso aos seus direitos sublinhando a pluralidade de corpos, gêneros e sexualidades.

Para compreender melhor a amplitude desses espaços, perguntamos se havia pessoas não binárias na universidade que não tinham procurado apoio para serem reconhecidas:

Eu não conheço nenhuma pessoa não binária que não tenha conseguido acesso às suas demandas institucionais (Braynna, 30 Anos).

Além de mim, conheço uma pessoa não binária no PPG X e aparentemente não passa por grandes problemas ligados a isso. Acredito que nem toda pessoa precisa "assumir" ser não binária. Mas, com certeza, algumas podem se calar, mesmo que queiram expor, por medo das violências (Amun-há, 26 Anos).

Conheço minha amiga que é não binária e não teve problemas na universidade (Fênix, 26 Anos).

Neste caminho, as pessoas não binárias da pesquisa informaram que, na universidade, não tiveram maiores problemas para serem reconhecidas. Entretanto,

vale ressaltar que o fortalecimento do caráter plural e democrático é processual, pois institucionalmente, ainda houve limitações, dificuldades para reconhecer gêneros não binários no preenchimento de formulários na universidade.

Ainda mapeando os desafios no reconhecimento, refletindo sobre pessoas não binárias nos PPGs a partir dos seus lugares de protagonismo, perguntamos quais seriam as estratégias sugeridas para as pessoas não binárias que acabaram de entrar na universidade/Pós-Graduação:

Ao conselho que eu daria é num sentido político procurar demanda institucionais que garantam a sua afirmação e a sua existência enquanto pessoa não binária naquele espaço, seja por uso de uma linguagem não binária, seja por uso de um tratamento em linguagem não binária, seja garantindo o direito de utilizar em seus textos, em seus trabalhos, a linguagem não binária. Então, os conselhos que eu daria era mais um sentido de permanecer na luta e resistir a investidas conservadores uma vez que a universidade e a pós-graduação ainda não estão 100% preparadas para a recepção dessas pessoas. Sobretudo, na pós-graduação de linguagem, onde ainda existe, em alguma medida, um certo puritanismo em torno de uma linguagem academicista ou científica; onde vela o uso de um masculino generalizante ou a rejeição ao uso não binário tanto na fala quanto na escrita. Então, os conselhos que daria seriam neste sentido e também, claro, no sentido de estabelecer boas relações com as pessoas e se unir com aquelas que são aliadas a causa e também com outras pessoas não binárias ou pessoas trans e travestis para que a luta se torne mais forte de modo coletivo (Braynna, 30 Anos).

Pensando na importância da participação de pessoas não binárias no reconhecimento e inclusão e mapeando os desafios enfrentados por essas pessoas, debruçamo-nos sobre as possíveis sugestões dadas pelas as pessoas não binárias da nossa pesquisa para a universidade e para o seu PPG:

O que eu diria para meu Programa é que se empenhe, tente se empenhar e se impor também para fazer com que pessoas não binárias vivam mais sobre sua não binaridade dentro da universidade. Seja pela forma de tratamento ou pela forma de se expressar teoricamente, também pela sua escrita, pela sua fala usando a linguagem como melhor acolha. Enfim, (...) o Programa se empenhar mais e lutar mais em prol da igualdade da inclusão de todos os tipos de pessoas sobretudo no caso das (...) pessoas não binárias (Braynna, 30 Anos).

Busquem deixar mais claro nas cotas as pessoas não binárias e não remeter apenas as trans e travestis; Ter professoras trans nos PPGs; Ter um núcleo de gênero na universidade (Fênix, 26 Anos).

Nesse caminho destacamos como as pessoas não binárias da pesquisa lutam por mais políticas educacionais de inclusão e reconhecimento, por meio de pesquisas seja de mestrado, de iniciação científica e de doutorado se pode construir conhecimentos e por meio dessa produção de conhecimento problematizar, desestabilizar e desconstruir a inteligibilidade binária:

Eu acredito muito na força política e acadêmica dessa pesquisa porque trate para o protagonismo e traz para as considerações a fala e a existência de pessoas não binárias. Pessoas que de alguma forma estão dentro da não binaridade. Então, acredito muito no impacto positivo e transformador dessa pesquisa nesse espaço para desvelar, continuar tirando das sombras, da margem essas pessoas que têm sofrido apagamento a décadas e décadas. (Brayna, 30 Anos).

Diante do exposto nesta sessão concluímos a terceira categoria compreendendo a universidade como um espaço que necessita de mais políticas educacionais para reconhecibilidade, inclusão e reconhecimento da diversidade de gênero e da diversidade da sexualidade, sem incorrer no uso de documentos/formulários com uma leitura dicotômica e binária de gênero.

8- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessas considerações finais, confesso que, mesmo enfrentando os desafios de realizar a pesquisa durante a pandemia da Covid 19, foi uma das melhores escolhas que fiz na minha vida: investir na formação continuada, no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, CAA - UFPE. Sem dúvidas, sou uma pessoa diferente, pois o processo de construção dessa pesquisa me provocou uma nova forma de pensar, de ser, de agir e de militar pela garantia dos direitos humanos, pela pluralidade e democracia nas instituições de ensino.

Ter realizado essa pesquisa possibilitou ter contribuído para a produção do campo de saber sobre gênero a partir do estudo sobre pessoas não binárias na pós-graduação. Por causa da cis-heterossexualidade e da cis-heteronormatividade já é difícil uma pessoa não binária conquistar uma graduação e ainda mais difícil realizar um mestrado. Aqui estou torcendo por vocês pessoas não binárias da pesquisa!

Esse trabalho de pesquisa foi decorrente das reflexões sobre a leitura dos livros e dos artigos; participação nas aulas na formação continuada da pós-graduação, eventos científicos, reuniões do grupo de pesquisa do CNPq: Processos de Subjetivação, Educação, Gênero e Sexualidades, Intercâmbio acadêmico com a Colômbia, orientações com o orientador, coleta de dados e as idas e vindas com as escritas e correções sobre os capítulos construídos.

Assim, o que produzimos nessa dissertação não pretendeu esgotar todas as questões sobre o campo de produção de gênero, de forma geral, e sobre a não binariedade, de maneira específica. Entretanto, nosso estudo contribuiu para causar/impactar/colocar novas questões no campo de produção sobre pessoas LGBTQIAP+. A escolha de fazer a pesquisa com pessoas não binárias não surgiu por acaso, mas por sermos produto de um cis-tema respaldado no machismo, no sexismo, na LGBTfobia e na cisnormatividade que exclui as pessoas não binárias e defende a binaridade como única possibilidade das pessoas serem reconhecidas como seres humanos.

Partindo dos pontos que destacamos, o primeiro objetivo específico que buscou Identificar, a partir da visão das pessoas não binárias pós-graduandas, os desafios enfrentados no seu PPG, encontramos como resultado, no campo de pesquisa, os impactos do governo do ex-presidente Bolsonaro (2019-2022) que materializou uma

aliança perversa o neoliberalismo e o neoconservadorismo, não valorizava a ciência e atacava à tradição das universidades públicas de produzirem pensamento crítico por meio de cortes orçamentários. Esses ataques impactavam a Universidade com cortes orçamentários, o que resultou na redução do quantitativo de bolsas de incentivo à pesquisa ou, até mesmo, não oferecer mais bolsas, causando um impacto socioeconômico na produção de conhecimento e nas pesquisas, em muitos estudantes que necessitavam da bolsa de estudos para custear suas despesas, principalmente no caso das pessoas não binárias participantes da nosso estudo.

Outro ponto que foi mencionado, a partir das nossas análises, foi a estrutura dos documentos como formulários de dados pessoais. Esses formulários não apresentavam a possibilidades de expressar sua identidade de gênero não binária, mas apenas as opções binárias: masculino ou feminino. Essa inteligibilidade exclusivamente binária, infelizmente ainda tão presente em nossa sociedade, aconteceu não apenas nos formulários da universidade, mas também por parte de uma docente de um Programa de Pós-Graduação em que uma das pessoas não binárias da nossa pesquisa estudava. Essa pessoa não binária teve um conflito com a referida professora porque ela não conseguia utilizar os pronomes solicitados pela pessoa estudante não binária. Essa dificultada ocasionou a pessoa não binária ficasse constrangida durante o semestre por causa da linguagem binária utilizada pela docente.

Partindo desses pontos analisados em nosso estudo, destacamos a importância de haver o uso de cotas nas universidades como política afirmativa também para as pessoas não binárias, uma vez que já existe cotas para pessoas transgêneros e travestis. Porém, não existe uma cota específica para quem é não binária, pois, importante destacar, nem todas pessoas não binárias não se reconhecem como pessoa transexual.

Outro ponto que destacamos como constatado em nossas análises realizadas foi a necessidade da Universidade promover em seu cotidiano mais discussões teóricas, sob o olhar da não binariedade. A promoção desses debates contribuiria para fortalecer o caráter plural e democrático das universidades sensibilizando a população universitária para compreenderem outras inteligibilidades que excedam a binariedade

e, conseqüentemente, facilitaria o acesso de pessoas LGBTQIAP+ no campus acadêmico.

O nosso segundo objetivo específico teve como proposta: Elencar as estratégias utilizadas pelas pessoas pós-graduandas para ultrapassar uma inteligibilidade binária. Uma das estratégias utilizadas pelas pessoas não binárias foi o uso de uma linguagem não binária, ou seja, o uso constante de pronomes neutros além dos pronomes binários (masculinos e femininos). Esse movimento por parte das pessoas não binárias fortalece e promove uma pedagogia não binária.

Outra estratégia das pessoas não binárias da nossa pesquisa, diante da hegemonia de uma inteligibilidade binária, foi também reforçar o uso da linguagem não binárias em textos, artigos, ensaios e pesquisas privilegiando uma comunicação assertiva não binária. Dessa maneira, as pessoas não binárias reivindicavam o respeito com a materialização dessa prática nas produções acadêmicas, além de ensinarem às pessoas, de forma geral, a utilizar uma linguagem apropriada que excedessem a lógica binária reproduzida na academia. Nesse caminho, as pessoas não binárias destacaram que essas estratégias contribuem para ensinar as pessoas, em geral, a buscarem informações de como respeitar e aprender com as diferenças, além dessas ações motivarem as pessoas a indagarem que pronomes seriam mais apropriado para tratar as pessoas não binárias.

E por fim, o nosso último objetivo específico buscou mapear nos PPGs os procedimentos que reforçam e ou subvertem a lógica binária. Tivemos como resultados das nossas análises no reforço da lógica binária os cortes orçamentários, como anteriormente mencionados; e como subversão da inteligibilidade binária, as pessoas entrevistadas sugeriam mais investimentos em políticas educacionais por parte da universidade, sob o olhar da não binariedade. Assim, essas políticas poderiam promover: a) o fortalecimento e interesse de grupo de pesquisa que abordem e desestabilizem a inteligibilidade binária; b) a elaboração de projetos de extensão com as temáticas da diversidade de gênero e de sexualidade desestabilizando a binariedade; c) a desconstrução da inteligibilidade cisnormativa, dicotômica e binária nos formulários utilizados no cotidiano da universidade.

Além das estratégias mencionadas acima, nossas pessoas entrevistadas não binárias afirmaram a necessidade de laços solidários para enfrentar a violência binária

e se fortalecerem por meio da união entre elas, com as pessoas dissidentes da heterossexualidade, além da ajuda e sensibilidade por parte de orientações científicas de docentes para fortalecer e garantir o lugar de reconhecimento.

Nossas pessoas não binárias destacaram ainda a existência do grupo de pesquisa NUQUEER que foca sua produção nos estudos *queer*, possibilitando a vivência de uma não binaridade científica. Assim o que podemos sublinhar é a importância de políticas educacionais na universidade que priorizem a inclusão e o reconhecimento produzindo conhecimento e problematizando a inteligibilidade binária.

A partir dos resultados dos objetivos específicos explicitados acima, chegamos ao nosso objetivo geral que foi compreender como as pessoas não binárias percebem seu reconhecimento no seu Programa de Pós-graduação (PPG) da UFRPE. Apontamos em nossas análises que as pessoas não binárias da pesquisa afirmaram que, apesar de alguns ganhos em relação ao respeito e aprendizado com as diferenças de gêneros, comparados com décadas passadas, existe a necessidade de mais políticas educacionais para o reconhecimento delas. Nossas pessoas entrevistadas destacaram as poucas políticas educacionais para democratizar a entrada e a permanência na universidade das pessoas não binárias; a necessidade do uso de formulários com adequações para as diversidades de gênero que excedam a inteligibilidade binária; o uso de uma comunicação assertiva de docentes e estudantes por meio de pronomes neutros e ou não binários; políticas afirmativas que promovam a temática da não binariedade e o acesso de pessoas não binárias nos grupos de pesquisa, nos projetos de extensão e científicos.

Chegando ao final dessa trajetória, compreendemos a importância dessa dissertação pontuando e fortalecendo pesquisas que discutem as questões de gênero, sexualidade e diversidade na educação, contribuindo para o campo teórico-metodológico sobre pessoas não binárias, além privilegiar o reconhecimento por meio da ruptura da inteligibilidade dicotômica binária que excluem as pessoas LGBTQIAP+ em Pernambuco.

Esperamos ainda que a nossa pesquisa possa ter contribuído para o campo de produção de conhecimento no que diz respeito a universidade, pós-graduação e pessoas não binárias e destacamos que outros estudos possam contribuir para esse

campo focando no uso de uma linguagem não binária no cotidiano universitário além da realização de outras pesquisas que abordem como esse reconhecimento das pessoas não binárias acontece na graduação em diferentes áreas de formação/conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria da Conceição Vicente de; TALINA, Marília Duarte Lopes; JANTALIA, Camille; QUEIROZ, Paulo Pires de. A utilização da pesquisa qualitativa como metodologia pedagógica nos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 16, n. 35, p. 1-17, 24 jun. 2020.
- AMORIM, Antônio Carlos Rodrigues de; FERRAÇO, Carlos Eduardo; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; MAINARDES, Jefferson; NUNES, João Batista Carvalho. ÉTICA E PESQUISA EM EDUCAÇÃO: DOCUMENTO INTRODUTÓRIO. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Ética e pesquisa na educação**: subsídios. Rio de Janeiro: ANPED, 2019.
- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. **Snowball (bola de neve)**: uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: X Congresso Nacional de Educação - Educere. Curitiba, 2011.
- BAGALI, Beatriz. O reconhecimento das identidades trans nas políticas públicas para além da cisnormatividade. In: OLIVEIRA, A.D.; PINTO, C.R.B.(Orgs). **Transpolíticas Públicas**, p.31-49. Campinas: Papel Social, 2017
- BALEM, Isadora Forgiarini. **(BIO)POLÍTICA NOS CORPOS, VIOLÊNCIA NORMATIVA E (IN)VISIBILIDADE DA IDENTIDADE DE GÊNERO NÃO BINÁRIA**: perspectivas do reconhecimento e desdobramentos até o direito à intimidade Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Direito, RS, 2020
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa. Edições 70. 1979.
- BAUER, Martins W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BRASIL. Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Resolução nº 21/2015**. Recife, 2015.
- BRASIL. Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Resolução nº 48/2018**. Recife, 2018.
- BRAZÃO, José Paulo Gomes.; DIAS, Alfrancio Ferreira. O que dizem os estudantes sobre gênero não-binário: um estudo comparativo na Universidade Federal de Sergipe e na Universidade da Madeira. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 25, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/15680>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- BORTOLETTO, Guilherme Engelman. **LGBTQIA+**: identidade e alteridade na comunidade. Trabalho de Conclusão de curso da pós-graduação em Gestão de Produção Cultural. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.
- BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**, n 21, 2003, p. 219-260.

BUTLER, Judith. *Frames of War: When is Life Grievable?* New York & London: Verso. 2009.

BUTLER, Judith. **Adotando o ponto de vista do outro**: implicações ambivalentes. In: HONNETH, Axel. *Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento*. São Paulo: Editora Unesp, p. 133-162, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. 8ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 18º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, Judith.. Recognition and the Social Bond: A Response to Axel Honneth. In: IKÄHEIMO, Heikki et al. (Org). *Recognition and Ambivalence: New Directions in Critical Theory*, New York: Columbia University Press, 2021. E-book. E-ISBN 978-0-231-54421-4.

CASTRO, Roney Polato de; GOULARTH, Neilton dos Reis. Romper binários de gênero e sexualidade: ensaiar uma educação não-binária. **Revista Margens Interdisciplinar**, Abaetetuba, v. 11, n. 17, p. 108-124, dez. 2017.

COSTA, Marisa. V. Uma agenda para jovens pesquisadores. In: COSTA, M. V. (org.); VEIGA-NETO, A. *et al.* **Caminhos investigativos II: Outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FERREIRA, Arthur Arruda Leal. Psicologia, produção subjetivante e modos políticos: pistas conceituais da teoria ator-rede. **Cadernos de Pesquisa**, 45(156), 300-313, 2015.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento?** dilemas da justiça numa era pós-socialista. Tradução de Júlio Assis Simões. *Cadernos de campo*, nº 14/15: São Paulo, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 7 ed. Tradução Luiz F.B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. São Paulo: Plano, 2002.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In HOLLANDA, HB (org.). **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

GOULARTH, Neilton dos Reis. **Eu sinto que eu sempre me encaixei nessa coisa de não ser homem e não ser mulher?** Tecendo saberes e experiências da não-binaridade de gênero, Dissertação de Mestrado da UFJF, 2018.

GOES, Fernanda Karla Fernandes da Silva. **O quarto excluído**: Gêneros Não Binários e Formação Universitária. Dissertação de Mestrado da UFPB, 2019.

GOMARIZ, Enrique. **Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas**: Periodización y perspectivas. In *Fin de Siglo. Género y Cambio Civilizatorio* (Ediciones de las Mujeres, n. 17, pp.15-21). Santiago de Chile: Isis Internacional. 1992

HEILBORN, Luiza Maria; SORJ, Bila. **Estudos de gênero no Brasil — 1975 - 1995**. In: RODRIGUES, Carla; BORGES, Luciana; RAMOS, Oliveira Regina Tania (Org.). Problemas de gênero. 1ed. São Paulo: Funarte 2016. p. 75 - 104.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero** : conceitos e termos / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes . Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **Universitas Humanísticas**, 241-257, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria queer** : uma política pós-identitária para a educação. Estudos feministas. Florianópolis. Vol. 9, n. 2 (2001), p. 541-553

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**. 3º.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora,2020.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora,2019.

MAINARDES, Jefferson; CURY, Carlos Roberto Jamil. **ÉTICA NA PESQUISA: PRINCÍPIOS GERAIS**.In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Ética e pesquisa na educação**: subsídios Rio de Janeiro: ANPED,2019.

MIRANDA, Marcelo H. G. de. **Magistério masculino**: (re)despertar tardio da docência. 2003. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MIRANDA, Marcelo H. G. de. **Paródia e (Des) Estabilizações sobre Sexo, Gênero e Sexualidade como Processos de Inteligibilidade Social**. EDITORA OLYVER, 2021.

MEDEIROS, José Washington de Moraes. “A FLOR DE JACINTO”: e quando o/a professor/a é gênero não binário? **Gênero**. n19, v.02. Niterói, p.93-111, 2019.

MELLO, Luiz (Orgs.). **Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social (Org.). Teoria, Método e Criatividade, Petrópolis: Vozes. 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, ROMEU; MINAYO, Maria Cecília de Souza; (Orgs). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, ROMEU; MINAYO, Maria Cecília de Souza; (Orgs). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MISKOLCI, Richard. Um saber insurgente ao sul do Equador. **Revista Periódicus**, 1(1), 43–67.2014.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças.3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020

MONTEIRO, Anne Alencar. **Críticas trans ao cis-tema educacional**: uma revisão das produções teóricas brasileiras. 2022. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos) - Instituto de Educação a Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Petrópolis: Vozes. 2016.

PADILHA, Vitória Braga; PALMA, Yáskara Arrial. **VIVÊNCIAS NÃO-BINÁRIAS NA CONTEMPORANEIDADE**: um rompimento com o binarismo de gênero. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

PACHECO, Mariana Fischer. **A reconhecibilidade precede o reconhecimento?** Acerca das críticas de Judith Butler a Axel Honneth. *Revista Dissertatio de Filosofia*. v. 47, p. 203-221, 2018.

PINTO, Celi Regina Jardim. O que as teorias do reconhecimento têm a dizer sobre as manifestações de rua em 2013 no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v 31, 2016, p. 1986 2016.

RAQUEL, Fernanda. **Performatividade**: subvertendo corpos e identidades em cena. In: GREINER, Christiane (Org.). *Leituras de Judith Butler*. 1ed. São Paulo: Annablume, 2016. p. 123 – 137.

RAIMUNDO, Luís Henrique et al. As Travestis, Transexuais e Transgêneros (TTTs) e a escola: Entre a (re) produção e a denúncia dos corpos abjetos. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, p. e19101018336-e19101018336, 2021.

REIS, Neilton dos. (Re)invenções dos corpos nas experiências da não-binaridade de gênero. **Letras Escreves**. Macapá, v. 7, n. 1, 1º semestre, 2017. Disponível <<https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/3092>>

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. **Revista Estudos Feministas**, 25(1), 365-363, 2017.

RODRIGUES, Alexsandro, BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa. **Currículos, gêneros e sexualidades**: experiências misturadas e compartilhadas. Vitória: Edufes, 2013.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. Tradução: Chistine R. Dabat e Maria B. Ávila. Recife: SOS Corpo, 1996.

SEPULVEDA, Denize; SEPULVEDA, José Antônio. **Menina que se comporta como menino, menino que se comporta como menina: o que podemos aprender com essas crianças que teimam em ser dissidente?** In:RODRIGUES, Alexsandro. Crianças em dissidência: narrativas desobedientes. 1º edição. Salvador: Editora Devires,2018.

SPIZZIRRI, Giancarlo; PEREIRA, Carla Maria de Abreu; ABDO,Carmita Helena Najjar. O termo gênero e suas contextualizações. **Diagn. Tratamento.**19(1):42-4, 2014.

STONA, José; CARRION, Fernanda. **O cis no divã.** 1º Edição. Salvador: Editora Devires 2021

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S.; CASTRO, M.G; MOUTINHO, L.(Orgs). **Enlaçando sexualidades:** uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero, p249-270. Salvador: EDUFBA, 2016.

SILVA, Dhones Stalbert Nunes; MIRANDA, Marcelo H. G. de; SANTOS, Maria do Carmo Gonçalo. Homofobia e interseccionalidade: Sentidos condensados a partir de uma pesquisa bibliográfica. **Interritórios**, v. 6, n. 10, p. 200-224, 2020.

APÊNDICE A

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

Perguntas de ordem mais objetivas

Identificação da pessoa candidata:

1º Qual pronome devo utilizar para lhe chamar?

2º Nome do curso de graduação, local e ano da obtenção do título:

3º Qual seu semestre do PPG?

4º Qual sua religião?

5º Qual sua raça?

6º Qual sua idade?

7º Qual sua identidade de gênero?

8º Nível de instrução dos seus pais e cônjuge (caso tenha):

9º Indique as atividades de trabalho de seus pais e cônjuge (caso tenha):

10º Renda socioeconômica individual de cada membro da família:

11º Caso tenha irmãos: indique pela ordem cronológica, sexo, idade, escolaridade, cargo ou função que exercem (exerceram):

Perguntas de ordem mais Subjetiva

12º Como está sendo para você a experiência de está cursando mestrado em uma universidade pública?

13º Por que escolheu o este programa de pós-graduação?

14º Como os estudantes do seu PPG reconhecem sua não binaridade?

15º Quando e como você se reconheceu como pessoa não binária?

16º Quais diferenças encontradas na graduação e na pós-graduação com relação ao seu reconhecimento como pessoa não binária?

17º Quais perguntas escutas com mais frequência na universidade sobre seu gênero?

18º Quais estratégias utilizas para ser reconhecida como não binária?

19º Quais sentimentos remetem quando utilizam um pronome que não tem identificação?

20º Quais políticas na sua Pós-Graduação são utilizadas para promover a inclusão de gêneros não binários e na UFRPE?

21º Já sofreu violência na universidade? Quais? Se possível dê exemplo e diga o motivo de ter sido vítima de violência.

22º Como você lidou para enfrentar essas violências?

23º Como a UFRPE se posicionou diante dessas violências?

24º Como a sua Pós-Graduação se posicionou?

25º Que estratégias você usa para ultrapassar/enfrentar essas violências?

26º Quais desafios foram encontrados no seu programa em relação a não binaridade?

27º Como o seu programa de mestrado tem fortalecido sua inclusão na universidade?

28º Quais investimentos são necessários para pessoas não binárias estejam com mais frequência na pós-graduação?

29º Como os professores do PPG tratam sua não binariedade?

30º Como os funcionários da universidade tratam sua não binariedade?

31º Em quais espaços da universidade existe mais reconhecimento da não binaridade e quais espaços são mais difíceis esses reconhecimentos? Por quê?

32º Na UFRPE, e que espaços acadêmicos você se fortalece para ser não binário, por quê e como?

33º Há grupos de pesquisa e extensão que trabalhem com a não binaridade? De que forma?

34º Existem pessoas não binárias na universidade que não procuraram ajuda para serem reconhecidas na universidade? Por quê isso acontece?

35º Que conselhos você daria para as pessoas não binárias que acabaram de entrar na universidade? E para as pessoas não binárias que acabaram de entrar na Pós-Graduação?

36º Que sugestões você daria para a UFRPE e para o seu Programa em relação ao reconhecimento e inclusão das pessoas não binárias?

37º Quais impactos acredita que esta pesquisa poderá implicar na academia?

38º Há alguma coisa que nós não falamos e você queira comentar que seja importante sobre o que conversamos?

APÊNDICE B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Entrevistada/o/e: Instituição de Pesquisa e Pesquisadora: A presente pesquisa é realizada no âmbito no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco em Caruaru-PE, pelo estudante e pesquisador desta mesma instituição, o Rivaldo Mendes da Silva, aluno matriculado no curso Mestrado pelo programa de pós-graduação em Educação Contemporânea (PPGEduC). Contatos: E-mail:rivaldomendespsi@gmail.com e Telefone (81) 9.9445-7825.

Projeto de Pesquisa: Esta pesquisa é intitulada de **PESSOAS NÃO BINÁRIAS NA EDUCAÇÃO: PROBLEMATIZANDO A INTELIGIBILIDADE DICOTÔMICA DE PÓS-GRADUANDES DA UFRPE.**

Apresenta como **objetivo geral:** compreender como as pessoas não binárias percebem seu reconhecimento no seu Programa de Pós-graduação (PPG) da UFRPE.

Quanto aos **objetivos específicos:**

- (I) Identificar, a partir da visão das pessoas não binárias pós-graduandas os desafios enfrentados no seu PPG;
- (II) Elencar as estratégias utilizadas pelas pessoas pós-graduandas para ultrapassar uma inteligibilidade binária;
- (III) Mapear nos PPGs os procedimentos que reforcem e ou subvertem a lógica binária;

Finalidade e uso da entrevista: O conteúdo será utilizado tão somente para fins acadêmicos: elaboração de dissertação e artigos acadêmicos.

Por esse termo, o aluno e pesquisador se compromete a manter confidencialidade e anonimato sobre as informações obtidas por meio da entrevista a ser realizada. E por meio deste instrumento de duas vias, asseguro que os dados coletados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos.

Eu, _____,
fui informada/o/e dos objetivos da pesquisa e declaro meu consentimento em
participar dela.

Caruaru-PE, 27de Março de 2023.

ASSINATURA DA PESSOA ENTREVISTADA NA PESQUISA

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL